

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS CAMPUS - PALMAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

MÁRCIA BETÂNIA ALVES PEREIRA

**IMPLANTAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NO MUNICÍPIO DE
PALMAS - TO**

PALMAS (TO)

2021

MÁRCIA BETÂNIA ALVES PEREIRA

**IMPLANTAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NO MUNICÍPIO DE
PALMAS - TO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado aos
Docentes do Curso Superior em Gestão Pública do
Instituto Federal do Tocantins como requisito final
para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão
Pública do IFTO.

Orientador: Msc. Edilson Guedes de Almeida

PALMAS (TO)

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecas do Instituto Federal do Tocantins

P436i Pereira, Márcia Betânia Alves
 Implantação do Orçamento Participativo no Município De Palmas - TO /
 Márcia Betânia Alves Pereira. – Palmas, TO, 2021.
 56 f. : il. color.

 Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Gestão Pública) –
 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, Campus
 Palmas, Palmas, TO, 2021.

 Orientador: Me. Edilson Guedes de Almeida

 1. Orçamento Público. 2. Ferramentas de Planejamento do Orçamento
 Público. 3. Orçamento Participativo. I. Guedes de Almeida, Edilson. II.
 Título.

CDD 350

A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio, deste documento é autorizada para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica do IFTO com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MÁRCIA BETÂNIA ALVES PEREIRA

**IMPLANTAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NO MUNICÍPIO DE
PALMAS - TO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado aos
Docentes do Curso Superior em Gestão Pública do
Instituto Federal do Tocantins como requisito final
para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão
Pública do IFTO.

Aprovada em: ____ / ____ / 2021.

BANCA EXAMINADORA

Professor MSc: Edilson Guedes de Almeida
Orientador - IFTO

Professor MSc: Joseane Ribeiro de Menezes Granja Junior
1º Examinador

Professora MSc: Adão Pinto dos Santos
2º Examinador

“Tudo tem o seu tempo determinado, e há tempo
para todo o propósito debaixo do céu.”

Eclesiastes 3:1

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por esse processo no qual passei e estou passando, só Ele sabe de tudo, meus anseios, dúvidas, medos e incertezas. Obrigada por seu imenso amor! que lança fora todo o medo.

Agradeço aos meus pais, que me cobriram de oração, conselhos, forças para continuar a jornada e ir em busca desse tão esperado sonho. Amo vocês imensamente!

Agradeço aos anjos em forma de pessoas que o Senhor Jesus colocou em minha jornada acadêmica, não poderia deixar de citar os nomes: Carlos Antônio, Haylla, Marcos Gonçalves e minha prima Izélia, Deus é um Deus de detalhes e Ele escolheu a dedo cada um de vocês. Obrigada pelo cuidado em forma de ajuda.

Agradeço a IFTO que me proporcionou um ambiente de estudo competente, um corpo docente composto por professores qualificados.

Agradeço a todos os professores do Curso de Gestão Pública, que deixaram um pedaço de seu conhecimento em minha vida, o que levarei comigo para o mercado de trabalho.

Agradeço imensamente o meu Orientador Msc. Edilson Guedes De Almeida, por toda paciência, compreensão e conhecimento transmitido nessa reta final.

Agradeço também à banca examinadora, Prof. Msc. Joseane Ribeiro de Menezes Granja Junior e Prof. Msc. Adão Pinto dos Santos, por aceitar o convite e participar desse milagre em minha vida que é a minha formação acadêmica.

RESUMO

Este Trabalho teve como objetivo analisar o Orçamento Participativo no município de Palmas-TO, no que se refere a implantação/tentativas de continuidade no meio governamental. Para tal fim, partiu-se da hipótese de que o OP não é realizado no município por decisão da gestão de não exercer esse tipo de plataforma. Constatou-se no decorrer do processo de coleta de evidências, através de documentos como decretos municipais, leis e diretrizes e nos sites oficiais da Prefeitura, se houve um real interesse em aplicar decisões de forma assertivas referentes aos órgãos competentes para ter-se um OP atuante na capital. Após, o aprofundamento da análise desses dados e informações chegou-se à conclusão que a falta de planejamento e fiscalização por parte da gestão administração em dá continuidade na participação popular em tomadas de decisões quanto aos recursos orçamentários, ou seja, no atendimento das exigências dos munícipes palmenses. Portanto, é imprescindível que aja constância em manter o OP ativo, pois essa ferramenta demonstra-se eficiente e torna-se um insumo de informações valiosíssimo para nortear o poder público nas suas tomadas de decisões.

Palavras – chave: Orçamento. Prefeitura. Munícipes. Participação Popular. Implantação.

ABSTRACT

This work had as a goal to analyze the Participatory Budgeting in the city of Palmas-TO, regarding the implementation/attempts for continuity in the government scope. For this goal, started from the assumed that the budget participatory (BP) is not accomplished in the municipality by government managers' decision of don't exercise this kind of platform. It was verified during the collecting evidence's process, through documents such as municipal decrees, laws, guidelines and on town hall' websites, if there was a real interest about applying the decisions assertively referring to the competent government agency to have an active BP in the capital city. After, further analysis of these data and information came to the conclusion that the lack of planning and supervision by the administration in giving continuity to the popular participation in decision, regardless the budget resources, that is, in the meeting that care of the demands of the Palmas' municipalities. Therefore, it is essential that there is constancy in keeping the BP active, because this tool proves to be efficient, being a stock of valuable information to guide the government in its decision making.

Keywords: Budget. municipal prefecture. Municipalities. Popular Participation. Implantation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Fases para a elaboração do PPA.....	17
Figura 2 – Fases para a elaboração da LDO	18
Figura 3 – Fases para a elaboração da LOA.....	19

LISTA DE TABELA

Tabela 1- Áreas temáticas PPA 2018/2021	29
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF	Constituição Federal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentária
LOA	Lei Orçamentaria Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
OP	Orçamento Participativo
PPA	Plano Plurianual

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1 Orçamento público.....	16
2.1.1 Ferramentas de planejamento do orçamento público	16
2.2 Orçamento participativo.....	20
3 METODOLOGIA.....	23
3.1 Etapas da pesquisa.....	24
4. DESENVOLVIMENTO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	25
4.1 Relatório de coleta de dados.....	25
4.2 Análise dos dados obtidos.....	27
4.3 Fluxo de atividades de elaboração do PPA.....	28
4.4 Demandas apresentadas nas audiências públicas do PPA.....	29
4.4.1 Inclusão social e defesa dos direitos humanos	30
4.4.2 Infraestrutura	30
4.4.3 Meio ambiente	30
4.4.4 Mobilidade e acessibilidade.....	30
4.4.5 Planejamento e desenvolvimento urbano	31
4.4.6 Saúde	31
4.4.7 Segurança cidadã	31
4.4.8 Turismo.....	31
4.4.9 Agricultura e aquicultura	31
4.4.10 Assistência social.....	31
4.4.11 Cultura, juventude, esporte e lazer	31
4.4.12 Desenvolvimento econômico	32
4.4.13 Educação.....	32
4.4.14 Gestão moderna, transparente e participativa.....	32
4.4.15 Habitação	32
4.4.16 Demais demandas discutidas	32
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
REFERÊNCIAS	35
ANEXO I - Pedido de Informações à Prefeitura	37
ANEXO II – Formulário para pedido de acesso à informação	38

ANEXO III – E-mail de resposta da Prefeitura sobre pedido de informações.....	39
ANEXO IV – Solicitação de Informação no E-SIC	41
ANEXO V – Ofício Resposta da Prefeitura sobre pedido de informações	42

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho versa sobre o orçamento participativo – OP, seu significado, suas características, os benefícios para o ente público que o utiliza e como funciona dentro da Administração Pública.

O Orçamento participativo é uma política pública que conta com a atuação popular na elaboração de como será utilizado os recursos públicos, ou seja, o cidadão participa na tomada de decisão sobre as prioridades do orçamento público, como por exemplo definir para onde direcionar recursos de forma a atingir o interesse público com maior efetividade.

Quando se fala de participação popular, é inevitável não se lembrar de democracia, ou seja, restaurar a sede de cooperação das pessoas nas tomadas de decisões, onde cada cidadão possa se expressar sobre determinado assunto. Esse direito de expressar suas opiniões nas decisões políticas foi adquirido após a promulgação da Carta Magna da República Federativa do Brasil de 1988.

A primeira implementação de orçamento participativo foi em Porto Alegre no ano de um mil e novecentos e noventa e oito (1998), na gestão de Olívio Dutra, sabe-se que antes já existia algumas práticas de participação popular, mas só veio a ter o verdadeiro sentido na Capital do Rio Grande do Sul. O sistema teve um excelente resultado na época, conquistou prêmios nacionais e internacionais, além de se propagar em mais cidades dentro e fora do país. Sendo modelo de ação popular no Brasil.

Dentre os 5.570 municípios do território brasileiro, apenas uma parcela de aproximadamente 482 municípios já implantou ou está em fase de implementação, esse número foi até o ano de 2016 com um percentual de 9 a 10%, concernente ao estudo realizado através da Rede Brasileira de Orçamento Participativo.

O objeto de estudo deste projeto será o município de Palmas-TO, localizada na região norte, com uma população a cerca de 291.855 (duzentos e noventa e um mil, oitocentos e cinquenta e cinco) habitantes, informações coletadas no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) no ano de 2018.

A criação de Palmas ocorreu no ano de 1989 (um mil novecentos e oitenta e nove), um ano depois da criação do Estado, foi uma cidade idealizada pelo Governador da época José Wilson Siqueira Campos, que queria um local que possibilitasse crescimento, desenvolvimento econômico e social para o Estado recém-criado. Foi instalada em 1990 com a saída da capital provisória em Miracema para ser de fato a capital do Tocantins.

Assim, é importante saber quais os motivos desse modelo de participação popular não ser utilizado no município de Palmas-TO, se existe obstáculos em sua implementação, ou se esse assunto não é interessante para os moradores ou simplesmente não é tão divulgado, ou pouco explorado pela Administração Pública, ou ainda se há possibilidade da não transparência por parte da Prefeitura quando o assunto é a participação popular.

Essa pesquisa visou apontar quais os fatores que dificultam a participação popular no OP, ou seja, quais os desafios de implantação na cidade de Palmas-TO?

Sabe-se que o OP é uma plataforma pública que possibilita a população participar das discussões sobre o planejamento do orçamento público. Segundo Carvalho e Araújo (2010, p.461) “o orçamento participativo é uma plataforma política municipal com a finalidade de socializar a política orçamentária, isto é, assegurar ao cidadão acesso às discussões decisórias e esclarecimentos técnicas a respeito da repartição de recursos”.

Este projeto de pesquisa delimitar-se-á sobre os desafios enfrentados na (s) tentativa (s) de implantação do OP pelo município de Palmas-TO. Com tema de Implantação Orçamento Participativo no município de Palmas - Tocantins.

Partindo da premissa de que o Orçamento Participativo não é adotado pela maior parte do país, visto que, o território brasileiro possui 5.570 municípios, e apenas uma pequena parcela utiliza ou está em fase de implementação, desse modo buscou-se reunir dados/informações com o intuito de evidenciar ao seguinte problema de pesquisa que balizou esse projeto: sob quais os desafios em se implantar o OP na cidade de Palmas-TO?

De forma expedita, a teoria foi de que o Orçamento Participativo em Palmas-TO é realizado de forma parcial, por decisão da Administração Pública em não ser tão atuante quanto a esse tipo de plataforma. E é possível ser resolvido com decisões mais assertivas dos órgãos competentes para ter-se um OP atuante dentro da cidade, buscando benchmarking de sucessos em municípios brasileiros, e modelando à realidade do município para aprimoramento nos processos e práticas no OP para os próximos PPAs.

A justificativa desse projeto, veio da necessidade de averiguação sobre quais as causas que vem impedindo a implantação do Orçamento Participativo na cidade de Palmas-TO, além dos fatores que dificultam a participação popular nas tomadas de decisões da Administração Pública.

É importante salientar que se houver um real interesse em aplicação do OP no município, a Gestão Pública promovendo acesso à sociedade, no que tange a participação dos munícipes nesse processo, o qual celebra a democracia, todos sairiam ganhando; a população

através de conhecimentos e experiências sobre a sua atuação dentro do governo municipal. Garantindo que as reivindicações de sua comunidade sejam atendidas mediante propostas elaboradas pelo povo e apresentada às autoridades locais.

E o governo por meio de assegurar credibilidade nas ações executadas durante sua gestão, permitindo ao gestor tomar decisões mais assertivas quanto ao direcionamento dos recursos financeiros, sociabilizando a política orçamentária, e assim, garantindo o futuro de todo o corpo social.

O presente trabalho teve como objetivo geral constatar aspectos que impedem a ação popular na administração pública e os desafios de implantação do Orçamento Participativo dentro do município de Palmas - TO.

Os objetivos específicos aplicados neste trabalho para atingir o propósito central foram: apresentar o Orçamento público; conceituar Orçamento participativo; e apontar tentativas de implementação do OP no município de Palmas-TO. É importante mencionar que ao entender os conceitos de orçamento público e OP, pode-se investigar as tentativas de implementação do OP em Palmas e a partir dessa constatação pode-se validar as hipóteses levantadas anteriormente.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Orçamento público

No dia a dia em várias ocasiões utiliza-se da ferramenta orçamento, seja em entidades públicas ou privadas. Quando estamos planejando as despesas mensais de uma família, os gastos de uma viagem, compra de uma casa, aplicamos o conceito de orçamento de grosso modo. Mas, a final, o que é um orçamento? No dicionário Aurélio encontramos o significado da seguinte maneira, pois o orçamento é:

O valor calculado da despesa (valor gasto) e da receita (valor arrecadado); detalhamento da receita e da aplicação dos recursos: orçamento de Estado. Estimativa que se faz com o intuito de saber o custo de alguma coisa: o engenheiro fará o orçamento da casa. [Jurídico] Cálculo da divisão de um imóvel, feito pela pessoa legalmente habilitada para o dividir. Ação ou efeito de orçar. (DICIONÁRIO AURÉLIO, 2021)

Dentro dessa mesma concepção, podemos direcionar o nosso olhar para o orçamento público, o qual é a ferramenta de controle de maior destaque e certamente a mais antiga da gestão pública. É um instrumento utilizado para organizar os recursos financeiros de seus governos. “Partindo da ideia inicial de controle, o orçamento público tem avançado e vem introduzindo novas instrumentalidades.” (ENAP, 2014 p.05). Para que a administração pública exerça suas tarefas com êxito, estas deverão estar relacionadas em meio que validem suas atividades, e o crucial destas ferramentas é o orçamento, que quando realizado pelo governo é denominado do Orçamento Público.” (ÁVILA, 2012 p. 21).

De acordo com o Portal da Transparência, compreende-se que para a manutenção da máquina pública o Orçamento Público é de grande relevância, tanto nas suas despesas quanto nas suas receitas, possibilitando um planejamento público de acordo com as demandas (gastos e investimentos) priorizadas pelo poder público vigente. Desse Modo, o Governo Federal utiliza o Orçamento Público como um meio crucial para planejar o emprego do dinheiro arrecadado com os tributos, os quais, dentre outros, os mais conhecidos são: contribuições de melhoria; impostos, taxas. O autor Carlos Ávila reforça a importância dessa ferramenta pública, pois:

Para que o orçamento público efetivamente seja utilizado como uma ferramenta eficaz no processo de desenvolvimento das ações governamentais, será necessário que o gestor tenha à sua disposição uma relação com todas as necessidades de uma região, para que possa estabelecer as prioridades, também deve levar em consideração o espaço temporal que deseja executar as atividades deste orçamento. (ÁVILA, 2012, p, 25)

Além de ser uma ferramenta utilizada pelo Poder Público para arrecadação de dinheiro, o Orçamento Público, é um instrumento que estima as receitas (através da arrecadação) e fixas as despesas (através dos gastos com o dinheiro arrecadado). Um fato curioso a respeito do

porquê as receitas são estimadas e as despesas fixadas é que, as receitas estimadas, podem sofrer mutações anualmente, já as despesas fixadas, uma forma de assegurar que o Poder Público não utilize acima do que arrecada.

Como dito anteriormente, pode-se consolidar o Orçamento Público como uma peça fundamental para a Gestão Pública, devido facilitar o planejamento de ações que busque a qualificação dos serviços ofertados à população.

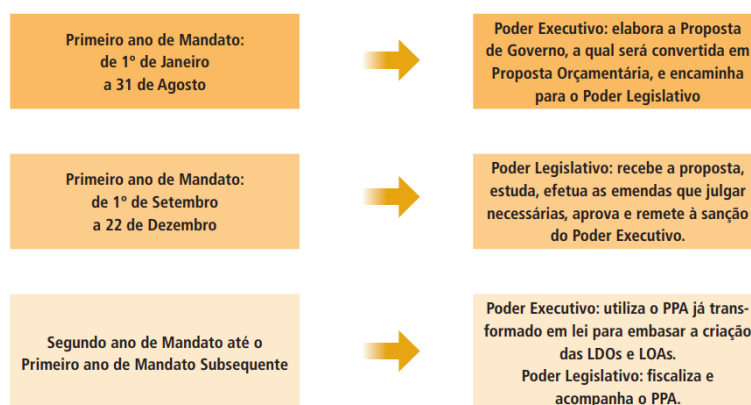
2.1.1 Ferramentas de planejamento do orçamento público

Para discutimos as ferramentas que normatizam o orçamento público. Nos ancoramos nas leis que defini os princípios e as diretrizes que regulamenta a mesma na esfera federal e municipal, uma vez que o município de Palmas é o objeto de pesquisa desse trabalho de conclusão de curso.

Dentre essas leis podemos apontar, a CF/1988, Lei nº. 4.320/1964, Lei de Responsabilidade Fiscal nº. 101/2000. “Para que possamos pensar o planejamento e as seguintes Leis: PPA, LDO e LOA. Esses instrumentos servem de base para criação e execução do Orçamento Público.” (ALMEIDA; COSTA, 2018).

As leis ordinárias que regulam o planejamento e o orçamento dos entes públicos federal, estadual e municipal, são denominadas de Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA. Essas Leis, apesar de constituírem etapas distintas, são integralizadas, de modo que permitem um planejamento fundamental dos atos governamentais. Para maior compreensão dos ciclos do plano plurianual, apresentamos um esquema que resume de forma clara e didática expondo um panorama geral de como seria a sua execução, veja a figura abaixo:

Figura 1- Fases para a elaboração do PPA

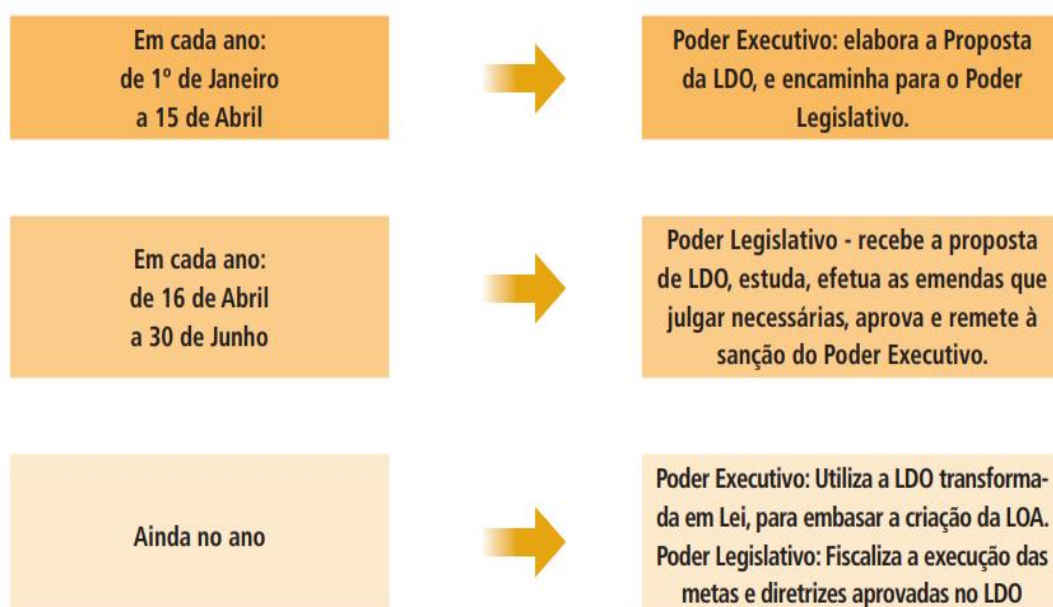


Fonte: Àvila, 2012, p.39

Para que essa ferramenta tenha de fato uma eficiência na sua aplicabilidade é importante ter assessores em diversas profissões e departamento. Para que o planejamento elaborado possa chegar o mais perto da realidade de cada setor, apontando assim em todo o período do mandato suas dificuldades para a distribuição dos recursos; as formas de como aplica-la e as metas fiscais.

A Constituição Federal, em seu Art. 165, § 1º reforça essas diretrizes ao dizer que a lei que instituir o PPA estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Já com relação a LDO, a figura abaixo trás informações sobre prazos e competências.

Figura 2 – Fases para a elaboração da LDO



Fonte: Ávila, 2012, p.44

A LDO em consonância o art. 165 da CF/1988, consta:

Art. 165, § 2º. A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. (BRASIL, 1988) ”.

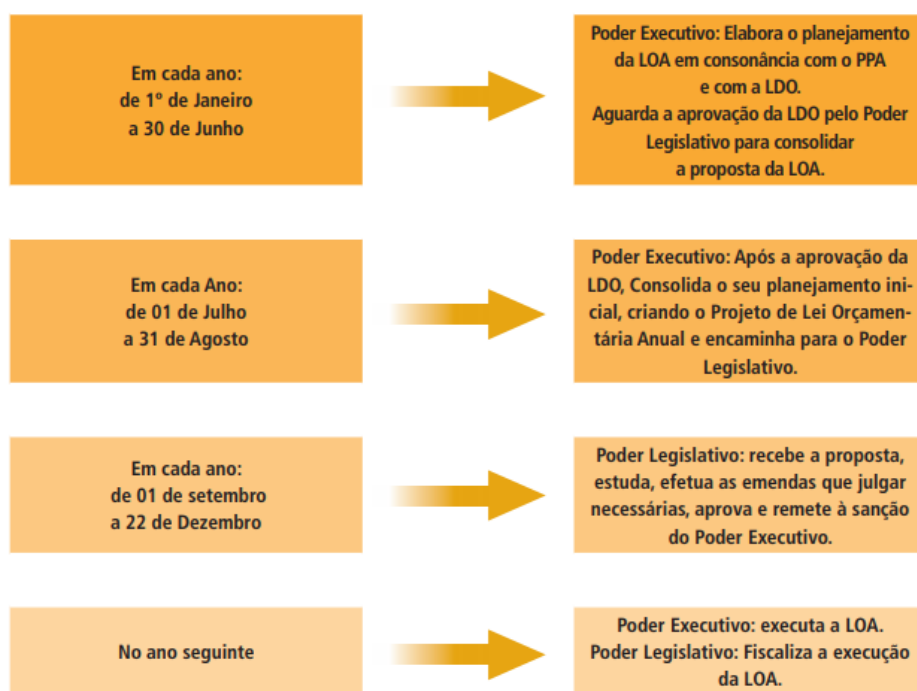
Nota-se que a LDO tem o poder de estabelecer para o ano posterior, quais as metas e prioridades, além de definir o total de recursos que o poder público pretende economizar; implementar limites, regras e vedações para as despesas governamentais entre outras ações que tem como objetivo equilibrar as receitas e despesas dentro do Governo vigente. Priorizando programas, ações, planejamento fiscal nas suas metas e riscos, além de instruí na elaboração da LOA.

A Lei Orçamentária Anual – LOA em conformidade com o art. 165, compreende:

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá: I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público; II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público. (BRASIL, 1988).

Compreende-se que a LOA se utiliza de alocação de recursos para execução do planejamento, ou seja, é um instrumento utilizado para gerenciar as despesas e receitas dentro do exercício financeiro, sempre em conformidade com as políticas e objetivos do PPA e da LDO. A Lei Orçamentaria Anual deve ser terminada antes do ano findar e ser aprovada no ano seguinte, e é através dela que se ver todos os gastos que serão efetuados pelo Governo, onde e quanto e para quem será gasto, é propriamente o orçamento anual, um detalhamento de tudo dentro do orçamento financeiro. A figura 3 demonstra como é a atuação do orçamento anual de acordo com o autor.

Figura 3 – Fases para a elaboração da LOA



Fonte: Ávila, 2012, p.44

Conclui-se que essas ferramentas do Orçamento Público são de grande importância, pois é uma forma de envolver todas as prioridades do Governo, possibilitando manter um equilíbrio entre as contas públicas e não deixando a administração pública gastar mais do que foi

planejado. Portanto o processo de planejamento envolve várias etapas e todas trabalham em conjunto para manter harmônico o poder público.

2.2 Orçamento participativo

A primeira implementação de orçamento participativo, ocorreu na cidade de Porto Alegre em meados do ano de 1989, no mandato vigente, que Tinha como Prefeito o Senhor Olívio Dutra, antes já existia algumas práticas de participação popular no Brasil, mas só veio a ter o leal sentido em Porto Alegre - Rio Grande do Sul.

O caso de sucesso democrático ocorrido na cidade de Porto Alegre - RS, demonstrou que é possível uma gestão eficaz, com uso de recursos humanos extremamente democrático, chamou atenção não apenas no país, mas também mundo a fora. E que funciona em todos os partidos existentes no Brasil, que ao utilizar essa iniciativa de participação popular se sobressaíram dentro da Gestão Pública em busca de uma democracia participativa.

Conforme o Site Oficial da Prefeitura de Porto Alegre, que diz:

O OP é modelo em soberania popular participativa para o mundo. Conforme a ONU, é uma das 40 excelentes práticas de gestão pública urbana no mundo. O Banco Mundial legitima o processo de participação popular de Porto Alegre como exemplo bem-sucedido de trabalho comum entre Administração e sociedade civil. (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2021)

Algumas Leis como a CF/88, no seu artigo 29, inciso XII; a Lei 10.257/01 conhecida com o Estatuto da Cidade, e a Lei nº 101/00 vulgo Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, instiga que é preciso da participação popular na elaboração de leis dentro de debates, audiências, plenárias públicas para que se aprove algumas leis importantes como exposto antes compondo-se elas PPA, LDO, LOA, isto é, O Orçamento Participativo está alicerçado juridicamente.

Observa-se que é obrigatória a votação e aprovação do orçamento na Constituição Federal até o final de cada ano, dentro da Assembleia Legislativa, sendo que a data limite é dia 15 de dezembro. Essa sentença serve tanto para Orçamento de caráter participativo ou não, estando fundamentado em lei por meio da Constituição da República Federativa do Brasil.

Segundo Broietti (2014, p. 5), “logo após a criação da Lei 10.257 de 11 de junho de 2001 denominada de Estatuto da Cidade, garantiu aos cidadãos a participação nas definições, desempenhos e assistências de planos, programas e projetos de construção urbana, bem como a participação na gestão orçamentária”.

De acordo com Gestão Pública (2018) para se ter uma democracia forte dentro do país, só é possível de existir com um grande volume de cidadãos participando da vida pública, que ao utilizar o seu conhecimento em relação ao que acontece na administração pública, são

capazes de propor melhorias e fazer cobranças ao ente público para que sejam de fato efetivadas.

O orçamento participativo é um processo educativo cujos participantes iniciam-se no processo com uma visão micro (sua casa, sua rua, seu bairro) e uma pauta com todas as necessidades básicas e aos poucos vão aprendendo a ter uma visão mais abrangente, da cidade, dos problemas urbanos e das limitações governamentais e a defender, portanto, uma pauta viável. (BONI, *et al.* 2016).

O OP é uma ferramenta poderosa da Administração Pública Municipal, pois possibilita a presença da população na elaboração dos orçamentos e a destino do dinheiro público de forma a acatar as solicitações prioritárias dentro do município por meio de plenárias com comissão da comunidade expondo acerca de a destino de todo recurso.

Como afirma Carvalho e Araújo (2010) O orçamento participativo é uma plataforma político municipal com propósito de sociabilizar a política orçamentária, ou seja, assegurar aos cidadãos acesso à discussão definitiva e notas técnicas a respeito da distribuição de recursos.

Como dito anteriormente, o OP dá acesso aos munícipes de cooperar com a política orçamentaria, permitindo que atue nos processos decisórios, tanto na aplicação quanto na distribuição dos recursos de seu município.

Segundo Boni *et al* (2016), para se ter uma implementação do OP dentro dos municípios brasileiros é preciso o Poder Executivo abrir oportunidades para a comunidade participar da administração pública, da seguinte forma:

A implementação do orçamento participativo depende, porém, na maioria dos casos, da iniciativa do Executivo, que decide iniciá-la, ao determinar a instituição da participação popular na construção e verificação do orçamento público e também executar uma série de ações administrativas para proporcionar a experiência. Esse é um dos entraves para a qualidade da experiência do orçamento participativo nos municípios brasileiros, pois os prefeitos e vereadores não querem abrir mão do poder, compartilhando com os cidadãos as decisões das prioridades dos investimentos da administração pública. (BONI, *et al.* 2016 p. 120).

Santos (2002), descreve em seu livro intitulado Democratizar a democracia sobre os três princípios estruturais no processo de participação comunitária para a tomada de decisões na Gestão Municipal:

O orçamento participativo (que a partir de agora definirei como OP) é uma estrutura e um processo de ação comunitária apoiado em três grandes elementos e em um conjunto de instituições que atuam como mecanismos ou canais de participação popular sustentada no processo de tomada das medidas da administração municipal. Os três elementos são os seguintes: a) todos os habitantes têm o direito de participar, sendo que as organizações comunitárias não detém, a este respeito, pelo menos formalmente, status ou prerrogativas especiais; b) a participação é dirigida por uma combinação de regras de democracia direta e de democracia representativa, e realiza-se através de instituições de funcionamento regular cujo regimento interno é

determinado pelos participantes; c) os recursos de investimentos são distribuídos de acordo com um método objetivo baseado em uma combinação de “critérios gerais” – critérios substantivos, estabelecidos pelas instituições participativas com vista a definir prioridades – e de “critérios técnicos” – critérios de viabilidade técnica ou econômica, definidos pelo Executivo, e normas jurídicas federais, estaduais ou da própria cidade, cuja implementação cabe ao Executivo. (SANTOS, 2002, p. 467).

Ainda conforme Santos (2002), existem três tipos de instituições básicas de OP, a primeira é constituída por Unidades Administrativas do Executivo Municipal, onde se responsabiliza em conduzir questões orçamentarias aos munícipes. A segunda é constituída por organizações comunitárias que cuida da mediação entre cidadãos no que se refere a participação popular e o governo municipal na sua autonomia diante do Executivo, sempre pesando nas prioridades regionais. Já a terceira é constituída por instituição de participação comunitária que funcione regulamente, tem como função mediar e interagir entre as duas outras já mencionadas.

O OP tem como principal objetivo impulsionar uma dinâmica e estipular um sistema sustentado de gestão conjunta dos recursos públicos, por meio de medidas partilhadas sobre a distribuição dos fundos orçamentais e de comprometimento administrativo no que se refere à real execução dessas decisões. (SANTOS, 2002).

Portanto, como foi exposto anteriormente por vários autores a respeito de Orçamento Participativo, conclui-se que é um mecanismo muito forte de participação popular dentro da gestão pública, uma vez que possibilita a comunidade decidir onde deve ser alocado os recursos orçamentários dentro de sua cidade, Sempre priorizando as comunidades mais carentes. Dessa forma pode-se afirmar que o OP proporciona é uma política orçamentaria democrática direta e representativa e assim todos se beneficiariam, o Executivo por dar abertura a esse tipo de iniciativa e os cidadãos por participar nas tomadas de decisões de sua cidade.

3 METODOLOGIA

A pesquisa científica foi realizada baseada em técnicas específicas operacionais interligadas, ou seja, o método científico deve ser baseado em um conjunto de etapas realizadas através de técnicas bem definidas. Sendo necessário, que antes de qualquer coisa, o pesquisador tenha e adote um método e técnica para aplicar na pesquisa.

Esse trabalho teve como objetivo executar uma pesquisa aplicada, visto que se utilizou de conhecimentos de pesquisa primordial para resolver questões pertinentes e atinentes ao tema abordado. Igualmente, utilizou-se da pesquisa exploratória, por ser muito empregada em conteúdo pouco analisado.

Para uma melhor apreciação e tratamento dos objetivos desta pesquisa, percebeu-se que ela é classificada como pesquisa descritiva. Viu-se também o dever de pesquisa bibliográfica no segundo em que se fez uso de materiais existentes como: artigos científicos, documentos eletrônicos, livros, revistas, na procura e atribuição de conhecimento sobre as tentativas de implementação do OP no Município de Palmas-TO, relacionando tal compreensão com os questionamentos já trabalhados por outros agentes.

A pesquisa se desenvolveu como pesquisa documental, bem como descritiva, pois evidencia particulares do fato, demandando ferramentas padronizadas de coleta. Descrever-se-á quais ações, deliberações, estratégias, demandas e comportamento de uma sociedade em relação à sua participação na tomada de decisão orçamentarias de sua cidade, no que diz respeito OP.

Como método de procedimentos, pode-se citar, novamente, a necessidade de pesquisa bibliográfica, isso porque se fará uso de materiais existentes, fundamentado de preferência em livros, igualmente se compreende como um procedimento primordial a pesquisa documental como ferramenta técnica. Ter-se-á como embasamento para o desfecho da pesquisa os documentos como, por exemplo: leis, decretos, PPAs, atas audiência pública, relatórios, documentos em sites oficiais de prefeituras, portais de notícias, e artigos publicados sobre o tema.

O método de procedimento tático da coleta de dados da pesquisa documental foi novamente, o bibliográfico, uma vez que esta implica que os elementos e dados necessários para execução da pesquisa sejam adquiridos a partir de apuração de literatura especializadas, através de artigos científicos, livros, e revistas especializadas, entre outras fontes.

O tema foi reservado à área de OP, como estudo de caso sob o PPA 2018/2021 de Palmas-TO, que evidenciou a compreensão, pelo gestor, sob as tipologias que acarretam a não

aplicação continua do OP no município de Palmas-TO. Para tal mister foram levantados dados e relatórios concernentes aos empecilhos da continuidade do OP no município. Portanto, o presente trabalho teve como objetivo geral, identificar os fatores que dificultam a participação popular na gestão pública e os desafios de implantação do Orçamento Participativo dentro do município de Palmas-TO, ao final foi possível descrever como o OP funciona atualmente e propor eventuais mudanças na sua continuação no Município de Palmas-TO.

3.1 Etapas da pesquisa

Este estudo foi elaborado, cumprindo algumas etapas, sendo elas:

1. Pesquisa Bibliográfica: nessa etapa do projeto, buscou-se entender o funcionamento do Orçamento Público e suas ferramentas, bem com compreender o real sentido de OP mediante estudo de diferentes autores renomados no tema e que dominam o assunto, com a finalidade alcançar um desenvolvimento dessa pesquisa mais eficiente e poder entender o contexto onde está sendo realizada.
2. Coleta de Dados: A base dos dados coletados para o desenvolvimento desse trabalho, foram retirados de site específico para a participação popular: Participa Palmas, criando no ano de 2018, site oficial da Prefeitura Municipal de Palmas, Secretaria de Transparência e Controle Interno, especificamente no portal da transparência – Ouvidoria.
3. Análise de Dados: dos dados obtidos no Site Oficial do Participa Palmas, na resposta do protocolo feito na Secretária de Transparência e Controle Interno (portal da transparência – ouvidoria), Ofício Resposta e Leis Orgânicas da Prefeitura de Palmas, foi feito uma análise para identificar as causas da não implantação do Orçamento Participativo no Município de Palmas-TO.
4. Conclusão: levantamento dos dados mais importantes sobre o tema abordado e a conclusão sobre os resultados obtidos no que se refere ao OP dentro do município de Palmas-TO.

Conclui-se que essas etapas foram importantes para o desenvolvimento da pesquisa, e a partir dessas etapas, pode-se desenvolver e analisar os resultados obtidos nas coletas de dados, e entender o real motivo da implantação do OP em Palmas - TO.

4. DESENVOLVIMENTO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Relatório de coleta de dados

A princípio, antes do trabalho inicial de coleta de dados em campo junto ao Órgão responsável pelas informações, foi realizada uma prévia consulta aos sites oficiais da Prefeitura Municipal de Palmas, a fim de obter informações detalhadas sobre os processos realizados para a implementação do Orçamento Participativo no município analisado. Através da consulta citada, foi constatado que a última atividade relacionada foi a realização do PPA2018/2021 onde houve várias atividades relacionadas ao Orçamento Participativo para o quadriênio 2018-2021.

A legislação vigente aplicada ao Orçamento Participativo através do Decreto Municipal nº 132/2007, de 03 de julho de 2007, que outorga o Estatuto Interno do Programa Orçamento Participativo de Palmas e dá outras providências.

O Decreto supracitado, dentre outros âmbitos, indica a finalidade e a competência do Orçamento Participativo, que segue:

“Art. 1º O Programa de Orçamento Participativo de Palmas, no âmbito do Poder Executivo Municipal, tem por finalidade:

I - Compartilhar com a comunidade as diretrizes, objetivos e metas da administração municipal no tocante à execução de obras que atendam à realidade local;

II - Promover a gestão participativa, democrática, compartilhada e solidária dos recursos públicos;

III - implementar a participação efetiva da comunidade na elaboração e controle das matérias orçamentárias.

Art. 2º Para consecução de suas finalidades, compete ao Programa Orçamento Participativo:

I - Promover plenárias nas regiões e setores geopolíticos do município;

II - Promover exposições técnicas sobre o orçamento municipal;

III - apresentar o Orçamento Participativo de Palmas;

IV - Acompanhar os trabalhos dos Delegados e do Conselho Municipal de Orçamento Participativo;

V - Registrar as demandas da população e encaminhá-las para análise;

VI - Outras atribuições nos termos deste Regulamento Interno.”

Um fato notório durante a consulta aos sites pertinentes da Prefeitura de Palmas, foi que a última notícia realizada nos informes acerca do Orçamento Participativo foi em 2017, apesar dos documentos anexados datarem de momento posterior às notícias inseridas. Isso gerou certa dúvida sobre a continuidade ou não da realização dos trabalhos após esse momento.

Após análise da legislação pertinente, das diretrizes indicadas através de Estatuto do OP e da discrepância de informes públicos acerca da execução dos processos, realizou-se, em 03 de março de 2020, consulta junto à Prefeitura através de pedido formal por escrito (anexo I), bem como o preenchimento do Modelo de Pedido de Acesso à Informação (anexo II) onde toda

a documentação foi protocolada na Superintendência de Planejamento e Orçamento na mesma data, conforme protocolo de entrega atestado no Anexo II. Segundo a Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011, que dispõe sobre o direito assegurado do cidadão em obter informações pertinentes à administração pública, e concernente a esse direito assegurado por essa Lei, todas as etapas de solicitação de dados citadas neste trabalho seguiram essas diretrizes.

No pedido, foi realizada a seguinte solicitação:

Solicito à Prefeitura de Palmas (...) no que se refere ao acesso à informação sobre o Orçamento Participativo dentro do Município, se houve tentativas de implantação, se obteve sucesso, documentos que comprovem a atuação do Orçamento Participativo dentro do município. Solicito também, esclarecimentos de causas/motivos da não continuidade do Orçamento Participativo no município. (ANEXO II, 2020)

Decorreram-se 2 meses e 17 dias até a resposta dada pela Prefeitura, que respondeu em 20 de maio de 2020, por meio de e-mail mencionado no pedido, conforme Anexo III. Cabe destacar aqui o lapso temporal de resposta, que excedeu, inclusive, ao próprio prazo de resposta informado pelo órgão, que seria de 10 dias úteis.

Na resposta ao pedido, a Pasta se reservou apenas em dar a seguinte informação, constante no anexo III deste trabalho:

O Orçamento Participativo foi implantado no município de Palmas na gestão do ex Prefeito Raul Filho, através de uma secretaria específica para tratar deste assunto. E na Gestão do Ex-Prefeito Carlos Amastha ela foi extinta e sempre vinha sendo feito Audiências Públicas com representantes das entidades Cívicas. E a Gestão Atual tem dado continuidade, só que, cada Gestor/Administrador tem suas maneiras e suas peculiaridades. Neste caso o Orçamento Participativo é amplamente discutido com as associações comunitárias de todas as regiões da cidade, tanto na elaboração do PPA quanto na construção da LOA. (ANEXO III, 2021)

Apesar de não ser um dos focos do escopo deste trabalho, se notou, na resposta do órgão, as diferenças políticas entre as gestões envolvidas no processo (Raul Filho, Carlos Amastha e Cinthia Ribeiro). O primeiro, foi responsável pelo Decreto e implantação do OP em Palmas; o segundo, de acordo com a resposta da gestão atual, não realizou os procedimentos impostos pela legislação pertinente ao OP; a terceira, cita que realiza continuidade dos trabalhos através da discussão com associações comunitárias do município.

No dia 15 de maio do ano corrente, sentiu-se a necessidade de solicitar através do Serviço Eletrônico de Informação ao Cidadão – E-SIC, com base na Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação), mais uma tentativa de obtenção de dados pertinentes a OP no município conforme anexo IV. A Nova solicitação, foi da seguinte forma:

Solicito à Prefeitura do Município de Palmas-TO, com base na Lei 12.527/11, concernente ao acesso a informação, sobre o andamento do Orçamento Participativo na cidade, visto que o PPA 2018/2021 está

findando, gostaria de informações se irão continuar, se obtiverão sucesso na implantação do OP no PPA passado, aproveito também para solicitar documentos que comprovem a atuação do Orçamento Participativo, ou as possíveis causas/motivos da não continuidade deste modelo de gestão para o Próximo PPA. (ANEXO IV, 2021)

O prazo de resposta da Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Humano, foi até dia 30 de maio de 2021, e a resposta ao pedido, foi encaminhada no e-mail cadastrado plataforma E-SIC em 02 de junho de 2021, cabe novamente destacar o prazo ultrapassado pelo o já estabelecido no Site.

A Pasta em sua resposta, enviou Ofício Interno nº 012-2021/SPO/SEPLAN, de acordo com o anexo V. Ofício este que respondeu todos os questionamentos levantados na solicitação, concernente ao OP, conforme o documento em questão, a prefeitura irá aderi o OP novamente no próximo quadriênio do PPA 2021; onde os representantes da comunidade irão ser convocados para a sua elaboração, em relação ao quadro em que estamos vivenciando – pandemia, estão buscando formas de aplicativos digitais para potencializar a participação popular. Quanto ao PPA vigente, em conformidade com a resposta através do ofício interno, foram atendidas 92% das demandas levantadas pela sociedade palmense.

4.2 Análise dos dados obtidos

Logo após pesquisa realizada junto à prefeitura, pode-se analisar as etapas de realização do OP no município através de documentação disponível nos sites oficiais, facilitado pelo portal “Participa Palmas”, que concentra toda a documentação relacionada ao processo de elaboração do PPA 2018/2021.

Infelizmente, a continuidade da realização das atividades, após a elaboração do PPA, ficou reduzida conforme anexo III, a consultas esporádicas aos representantes das comunidades palmenses, e conforme o site participa palmas, pode-se verificar que as reuniões em 2017 foram o último ano de realização continua do OP em Palmas nos moldes que impõe o Decreto e Regimento Interno pertinentes, apesar da declaração da pasta atual de que há trabalhos neste sentido. Mesmo que tenham sido realizadas tarefas neste âmbito, não se pode aferir se as mesmas seguiram ou não as diretrizes legais impostas pela própria Prefeitura.

Constatou-se que após o envio do Ofício Interno nº 012-2021/SPO/SEPLAN, que a prefeitura tem dado continuidade as consultas a população no que se refere ao Orçamento Público, justificando que o programa de OP está na pauta da elaboração do PPA 2021 e que as demandas solicitadas no PPA vigente foram inseridas em um total de 48 ações, sendo apenas

04 não atendidas. Segundo a pauta atual, em sua resposta via ofício, esse modelo de gestão participativa foi implantado com sucesso no município.

Para uma melhor análise dos dados obtidos, devido às situações já apresentadas, o presente trabalho irá se delimitar à aplicação do OP no município de Palmas até o ano de 2017 quando foi elaborado o PPA2018/2021, período este com maior consistência de dados que puderam ser verificados.

4.3 Fluxo de atividades de elaboração do PPA

Orçamento Participativo Pela Documentação Analisada, Disponibilizados No Site Participa Palmas, As Seguintes Etapas Foram Realizadas Na Construção Do PPA 2018/2021 do Município:

- Adequação de cronograma de elaboração do PPA2018/2021 - OP com a legislação de Orçamento (PPA, LDO e LOA): Como a discussão das necessidades dos diversos seguimentos da população refletem diretamente na destinação dos recursos públicos para os variados fins a que se destinam, as etapas da participação popular devem anteceder à elaboração das normas orçamentarias próprias, que são o PPAs, a LDO e a LOA;
- Definição dos agentes participativos do processo e das áreas atendidas: Antes da realização de audiências do poder público com os envolvidos no processo, deve-se indicar pessoas que representem determinada parcela da população que tenham interesses em comum, denominados Delegados. Esta parcela é definida através de divisão de áreas do município que tenham as mesmas características e necessidades. Assim, o município divide essas regiões em 04 (quatro) áreas regionais: Norte, Sul, Centro e Distritos/Rural. Definidas estas áreas, passa-se então à indicação dos representantes de cada uma delas, bem como participação de pessoas interessadas no processo. Na análise específica da elaboração do PPA 2018/2021 no ano de 2017, o qual a população foi bastante atuante no que tange ao Orçamento Participativo, os representantes e participantes foram distribuídos na seguinte proporção: Região Central: 238 (duzentos e trinta e oito) participantes; Região Norte: com participação de 142 (cento e quarenta e dois) pessoas; Região Sul: 192 (cento e noventa e dois) participantes; Distritos/Rural: 104 (cento e quatro) participantes). No total, participaram 676 (seiscentos e setenta e seis) pessoas na realização do PPA 2018/2021.

- Realização das audiências públicas: Após a definição dos agentes participativos no processo, passa-se então à fase de realização das audiências, em cronograma consoante aos prazos de realização das leis orçamentárias. Na análise do PPA 2018/2021, foram realizadas 04 (quatro) audiências, sendo uma para cada região definida no tópico anterior. As datas foram: Região Central: 05 de agosto de 2017; Região Norte: 12 de agosto de 2017; Região Sul: 19 de agosto de 2017 e Região Distritos/Rural: 26 de agosto de 2017.

As audiências supracitadas, serviram de base para a definição de necessidades e apontamentos para as Secretarias específicas de cada atuação, onde as mesmas levaram em conta tais informações para a elaboração do Plano Plurianual 2018/2021, sendo que este também impactou, em cadeia, na elaboração das Leis de Diretrizes Orçamentárias e Leis de Orçamento Anual nos anos subsequentes.

- Etapa não realizada - Acompanhamento de Execução: Como já descrito, foram localizadas nos meios oficiais atividades relacionadas à cooperação dos cidadãos na construção das Leis Orçamentárias consecutivos ao PPA, que seriam fundamentais para o processo de análise e acompanhamento do detalhamento das necessidades expostas nas audiências públicas em relação à aplicação concreta dos recursos do poder público municipal, bem como ficou impossibilitada a realização de ajustes ao longo dos anos com o surgimento de novas demandas das regiões bem como alteração do cenário socioeconômico no decorrer do tempo.

4.4 Demandas apresentadas nas audiências públicas do PPA

Após a realização das audiências públicas do PPA 2018/2021 com as quatro regiões, foi elaborado Relatório Técnico com todas as demandas apresentadas pelos participantes, onde foram divididas em 15 (quinze) Áreas Temáticas, sendo apresentados os principais problemas em cada uma delas, sendo eles apresentados a seguir:

Tabela 1- Áreas temáticas PPA 2018/2021

Áreas Temáticas	Problemas	Demandas
INCLUSÃO SOCIAL E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	Direito da mulher; idoso; portadores de deficiência; socioeconômico.	10
INFRAESTRUTURA	Pavimentação das ruas; saneamento básico; construção de praças; iluminação pública	54
MEIO AMBIENTE	Queimadas; fiscalização ambiental; poluição sonora.	21
MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE	Transporte público; ciclovias; passagens pedestres	30

PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO	Vazios urbanos; especulação imobiliária	17
SAÚDE	Contratação de profissionais da saúde; equipamentos; infraestrutura.	52
SEGURANÇA CIDADÃ	Mais policiamento	78
TURISMO	Promover o turismo por meio das riquezas naturais do município; Carnaval	6
AGRICULTURA E AQUICULTURA	Estruturas das feiras do município; investimentos na cultura e transporte.	10
ASSISTÊNCIA SOCIAL	Assistência social; casas de acolhimento.	14
CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	Investimento público aos profissionais da cultura e esporte; atividades socioeducativas	12
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Geração de trabalho remunerado aos moradores da cidade.	8
EDUCAÇÃO	Investimento no ensino infantil e fundamental; estrutura das escolas e creches; qualificação e reconhecimento dos profissionais da Educação.	40
GESTÃO MODERNA, TRANSPARÊNCIA E PARTICIPATIVA	Transparência; modernização; participação popular.	12
HABITAÇÃO	Casas; conjuntos habitacionais; regularização habitacional.	29
DEMAIS DEMANDAS DISCUTIDAS	Audiências Públicas; Plano Plurianual 2018-2021; inclusão na LDO de 2018.	15

Fonte: Relatório Técnico PPA2018/2021.

4.4.1 Inclusão social e defesa dos direitos humanos

Quanto às demandas de Inclusão Social e Defesa dos Direitos Humanos, foram apresentados 10 (dez) itens, com foco especial aos direitos das mulheres, idosos e pessoas com deficiência, bem como necessidade de assistência social à população socioeconomicamente vulnerável.

4.4.2 Infraestrutura

Acerca da Infraestrutura, foram apresentadas inúmeras demandas, que totalizaram 54 (cinquenta e quatro) itens, sendo os principais a necessidade de pavimentação das ruas, saneamento básico, construção de praças e melhoria na iluminação pública.

4.4.3 Meio ambiente

Na discussão sobre meio ambiente, registraram-se 21 (vinte e uma) demandas, com diversas reclamações sobre queimadas, necessidade de fiscalização ambiental das áreas verdes na zona rural e urbana e poluição sonora.

4.4.4 Mobilidade e acessibilidade

Foram apresentados 30 (trinta) itens no que se tange à mobilidade e acessibilidade, com foco principal no transporte público, ciclovias e passagens de pedestres.

4.4.5 Planejamento e desenvolvimento urbano

Neste tema, foram discutidos 17 (dezessete) pontos a se investir, onde ficou clara a dificuldade de se diminuir as lacunas urbanas e a especulação imobiliária na prefeitura, bem como temas gerais também abrangidos em outras Áreas Temáticas.

4.4.6 Saúde

Outro tema bastante discutido e um dos principais das reuniões, foi sobre saúde, onde foram elencadas 52 (cinquenta e dois) demandas, como contratação de mais médicos e profissionais de saúde tanto para as Unidades Básicas de Saúde (UBS) como para as Unidades de Pronto Atendimento (UPA), e também um lapso de instrumentos e instalações adequadas para o suporte primordial às pessoas.

4.4.7 Segurança cidadã

Apesar da segurança pública ser, em sua maior parte, de responsabilidade do governo estadual, foram levantadas também 78 (setenta e oito) questões acerca desse assunto, em sua maior parte sobre a responsabilidade da Guarda Metropolitana, como aumento de policiamento para defesa do patrimônio público, manutenção da ordem e proteção dos cidadãos.

4.4.8 Turismo

Foram apresentados apenas 6 (seis) itens no quesito turismo, com necessidade de ações para promover o turismo nas atrações naturais do município, e também na promoção do Carnaval na cidade.

4.4.9 Agricultura e aquicultura

Foram apresentados 10 (dez) itens acerca de agricultura e aquicultura, com foco em melhoria nas estruturas das feiras do município e investimentos na infraestrutura de cultura e transporte dos produtos a elas pertencentes.

4.4.10 Assistência social

No total, foram apresentados 14 (quatorze) demandas por assistência social, como suporte e casas de acolhimento para moradores de rua e população em vulnerabilidade social.

4.4.11 Cultura, juventude, esporte e lazer

Acerca desses itens, foram apresentados 12 (doze) pontos a serem incluídos nas prioridades de investimento público, como apoio aos profissionais da cultura, dos clubes esportivos e acolhimento dos jovens em atividades que ocupem o tempo livre.

4.4.12 Desenvolvimento econômico

Quanto ao desenvolvimento econômico, os 8 (oito) itens apresentados se referiram, em sua maioria, ao fomento a pequenas empresas e profissionais, com fins à geração de trabalho remunerado à população.

4.4.13 Educação

Um dos temas principais das audiências, no quesito educação foram discutidos 40 (quarenta) temas essenciais, dentre eles a necessidade de mais vagas no ensino infantil e fundamental, melhoria na estrutura das escolas e creches, capacitação e valorização dos profissionais envolvidos e melhoria na qualidade do ensino.

4.4.14 Gestão moderna, transparente e participativa

Quanto à gestão do município, foram discutidos 12 (doze) itens que visaram uma melhor transparência e modernização da gestão pública da cidade, bem como maior envolvimento da população na tomada de decisões que as afetem, direta ou indiretamente.

4.4.15 Habitação

Outro dos temas centrais das discussões, foram os referentes à habitação, cujos 29 (vinte e nove) pontos foram, em sua maior parte, na solicitação de construção de casas e conjuntos habitacionais populares, preenchimento dos vazios urbanos, bem como regularização de documentação habitacional de unidades ainda irregulares.

4.4.16 Demais demandas discutidas

Além dos 15 (quinze) pontos focais considerados críticos pelos participantes das Audiências Públicas, foram debatidas as prioridades dentre todos os itens apresentados, com o objetivo de elencar os tópicos que seriam incluídos no Plano Plurianual 2018-2021, bem como a inclusão na LDO de 2018, para início da alocação dos recursos discutidos nesta reunião.

Portanto, a análise elaborada dentro do Relatório Técnico construído de demandas colhidas nas Audiências Públicas realizadas, com as principais reivindicações de dilemas existentes na comunidade palmense, em áreas da Saúde, Infraestrutura, Educação, Habitação, Segurança Pública, Turismo, Meio Ambiente, Acessibilidade, Transporte, Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Inclusão Social, são temáticas cruciais para um bom funcionamento de uma cidade juntamente com a máquina pública.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após análise documental da legislação e dos documentos obtidos junto ao portal PARTICIPA PALMAS, além da ponderação da não obtenção de resposta adequada após consulta direta à Prefeitura de Palmas, pode-se concluir que o Orçamento Participativo na capital, implantado através de Decreto nº 132/2007, teve sua execução realizada de acordo com essa legislação até o ano de 2017, com aplicação no Plano Plurianual 2018-2021, porém não houve um acompanhamento adequado na execução deste plano nos anos subsequentes, tampouco houve consulta em audiências públicas para adequações às realidades apresentadas no decorrer do tempo, onde obviamente não eram as mesmas do que à época do último OP.

Entretanto a Prefeitura Municipal, em resposta aos questionamentos levantados, declarou através de ofício, que o programa de OP dentro do município teve sua implantação com êxito, em virtude dessa implantação de sucesso, estará presente no próximo PPA, que será elaborado nesse ano de 2021, em concordância com o documento apresentado, as demandas levantadas nas audiências públicas realizados no PPA2018/2021, teve um alcance de 92% de sua realização, nas pautas elencadas no Relatório Técnico e no PPA vigente, e conforme o ofício resposta, foram inseridas no Plano Plurianual 48 (quarenta e oitos) ações das solicitadas pelos munícipes, ficando apenas 4 demandas não realizadas, segundo mencionado anteriormente, não se pode confirmar esses dados, sobre se houve realmente um acompanhamento e adequações na elaboração das LDOs e LOAs nos anos seguintes.

Com foco na realização do PPA 2018/2021 (participação da comunidade na elaboração) no ano de 2017, pode-se concluir que, quando há a oportunidade de se consultar a população para a realização do orçamento, há um bom engajamento dos interessados em cada região, pois esta consulta torna a capilaridade das necessidades dos cidadãos bem mais abrangentes, onde o poder público pode se embasar em demandas mais concretas na elaboração e distribuição dos recursos de seus orçamentos.

Em comparação da realidade constatada com a literatura de gestão pública disponível, constata-se que a realização de um Orçamento Participativo como este analisado, enquanto vigente, combina elementos de democracia direta com a democracia representativa, tornando a aplicação dos recursos mais otimizada. Caso a participação popular se decorresse ao longo do ano fiscal, esta alocação orçamentária seria ainda melhor aproveitada, sintonizando as demandas da população com os recursos disponíveis para tal.

As necessidades da sociedade são infinitas, enquanto os recursos disponíveis são limitados. Diante disso, o orçamento participativo visa encontrar um ponto de equilíbrio entre as necessidades mais urgentes das diversas áreas com a viabilidade econômica e aporte financeiro do município.

Espera-se, então, que esta prática volte a ser retomada como rotina na elaboração do orçamento, tanto de Palmas/TO (município analisado) como para os demais municípios do país, pois o mesmo demonstra-se eficiente e torna-se um insumo de informações valiosíssimo para nortear as ações do poder público e suas tomadas de decisões.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, H. M. de; COSTA, A. V. **Orçamento Público como Mecanismo de Planejamento para a Gestão**. Id on Line Rev.Mult. Psic., 2019, vol.13, n.43, p. 559-577. ISSN: 1981-1179.

ÁVILA, C. A. de. **Orçamento Público**. Curitiba-PR: Editora Instituto Federal do Paraná para o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil - E-Tec Brasil, 2012.

BONI, M. P. et al. "**Orçamento participativo no município de Vitória, ES.**" REVISTA CIENTÍFICA DA FAMINAS 4.2 (2016).

BRASIL, **Constituição Federal da República Federativa do Brasil, de 15 de outubro de 1988**. Disponível em:< <http://presidência.gov.br/legislação>>. Acesso em 21 de out. 2019.

_____, Controladoria Geral da União. PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Orçamento Público**. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/orcamento-publico>>. Acesso em: 08 de out. 2019.

_____, Decreto nº 132, de 03 de julho de 2007. **Aprova o Regimento Interno do Programa Orçamento Participativo de Palmas – OP e dá outras Providências**. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/to/p/palmas/decreto/2007/14/132/decreto-n-132-2007-aprova-o-regimento-interno-do-programa-orcamento-participativo-de-palmas-op-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 25 de maio. 2021.

_____, Lei nº. 10.257, de 10 de julho de 2001. **O Estatuto da Cidade**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>. Acesso em 21 de out. 2019.

_____, Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. **Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm>. Acesso em 30 de out. 2019.

BROIETTI, C. **Orçamento Participativo**. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/orcamentopublico/pages/arquivos/II%20Simposio/2-%20ORCAMENTO%20PARTICIPATIVO%20Alguns%20Motivos%20pelo%20Baixo%20ndice%20de%20Municipios%20Adeptos.pdf>>. Acesso em 21 de out. 2019.

CARVALHO, C. M; DE ARAUJO, G. J. F. **O orçamento participativo avanços e desafios do orçamento participativo de Araraquara em direção à ampliação da cidadania social**. Gestão e Sociedade, 2010, 4.7: 458-488.

ENAP. **Orçamento Público Conceitos Básicos**. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br>>. Acesso em: 14 de out. 2019.

GESTÃO PÚBLICA. **A importância da participação popular no processo de gestão pública**. Disponível em: <<https://www.e-gestaopublica.com.br/a-importancia-da-participacao-popular-no-processo-de-gestao-publica/>>. Acesso em 21 de out. 2019.

IBGE. **Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/palmas/historico>>. Acesso em 15 de abril de 2019.

_____. **Novos mapas municipais do IBGE mostram que Brasil tem agora 5.570 municípios**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14431-asi-novos-mapas-municipais-do-ibge-mostram-que-brasil-tem-agora-5570-municipios>>. Acesso em 15 de abril de 2019.

ORÇAMENTO. In: DICIO: **Dicionário Aurélio**. 7GRAUS, c2009-2021. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/orcamento/>>. Acesso em: 02 de junho. 2021.

ORÇAMENTO DA UNIÃO. In: Câmara dos Deputados. **Instrumentos de Planejamento e Orçamento**. Vander Gontijo. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/cidadao/entenda/cursopo/planejamento>>. Acesso em 08 de junho. 2021.

PARTICIPA PALMAS. **Prefeitura Municipal de Palmas – Tocantins**. Palmas. 2018. Disponível em: <<http://participa.palmas.to.gov.br/>>. Acesso em 26 de maio. 2021.

PLANO PLURIANUAL - PPA 2018-2021. **Prefeitura Municipal de Palmas – Tocantins**. Palmas. 2018. Disponível em: <http://participa.palmas.to.gov.br/media/arquivo/documentos_publicos/1f67e0ec5ac1fee58117feca0ae0097b.pdf>. Acesso em 06 de maio. 2021.

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **Orçamento Participativo**. Prefeitura Municipal de Porto Alegre - Praça Montevideo, 10 - Rio Grande do Sul - Brasil - CEP 90010-170. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smg/default.php?p_secao=125>. Acesso em 08 de junho. 2021.

RELATÓRIO TÉCNICO. **Consulta Pública/Relatórios**. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Humano. Palmas. 2018. Disponível em: <http://participa.palmas.to.gov.br/media/arquivo/documentos_publicos/2d1cee673841146c7c64082a3541cffe.pdf>. Acesso em 26 de maio. 2021.

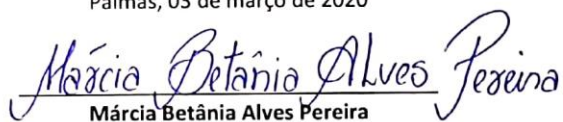
SANTOS, B. de S. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Civilização Brasileira, 2002.

ANEXO I - Pedido de Informações à Prefeitura**Especificação do pedido:**

Solicito à Prefeitura de Palmas, com base na lei 12.527/11, no que se refere ao acesso a informação sobre o Orçamento Participativo dentro do Município, se houve tentativas de implantação, se obteve sucesso, documentos que comprovem a atuação do Orçamento Participativo dentro do município.

Solicito também, esclarecimentos das causas/motivos da não continuidade do Orçamento Participativo no município.

Palmas, 03 de março de 2020


Márcia Betânia Alves Pereira
CPF: 026.498.281.96

ANEXO II – Formulário para pedido de acesso à informação

Formulário para pedido de acesso à Informação		 Acesso à Informação	
Pessoa natural			
Dados do requerente - obrigatórios			
Nome: MÁRCIA BETÂNIA ALVES PEREIRA			
CPF: 026.498.281-96			
Endereço físico: 1104 SUL, ALAMEDA 08, LOTE 25, CS 04			
Cidade: PALMAS		Estado: TO	
CEP: 77024-038			
Endereço eletrônico (e-mail): betania21.mb@gmail.com			
		Superintendência de Planejamento e Orçamento 03/163/2015, 15/11/15 Ass. <i>Mark P. Silva</i> PROTOCOLO	
Dados do requerente – não obrigatórios			
ATENÇÃO: Os dados não obrigatórios serão utilizados apenas de forma agregada e para fins estatísticos.			
Telefone (DDD + número): (63) 99243-9558			
Endereço eletrônico (e-mail): betania21.mb@gmail.com			
Sexo: Feminino •			
Data de nascimento: 19/11/1990			
Escolaridade (completa)			
• Sem instrução formal	• Ensino fundamental	• Ensino Médio	
• Ensino superior X	• Pós-graduação	• Mestrado/Doutorado	
Ocupação principal			
• Empregado - setor privado	• Profis. Liberal/autônomo	• Empresário/empreendedor	
• Jornalista	• Pesquisador	• Servidor público federal	
• Estudante X	• Professor	• Servidor público estadual	
• Membro de partido político	• Membro de ONG nacional	• Servidor público municipal	
• Representante de sindicato	• Membro de ONG internacional		
• Outras	• Nenhuma		
Especificação do pedido de acesso à informação			
Órgão/Entidade Destinatário (a) do Pedido: PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS			
Forma preferencial de recebimento da resposta:			
• Correspondência eletrônica (e-mail) X	• Correspondência física (com custo)	• Buscar/Consultar pessoalmente X	

Anexo III – E-mail de resposta da Prefeitura sobre pedido de informações

20/05/2021

Ouvidoria | Cadastro Manifestação



PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE INTERNO

Andamento da Solicitação

Acompanhe aqui o andamento da sua solicitação

Situação:

Em atendimento

Protocolo:

2020030324405

Data da Manifestação:

3 de Março de 2020 às 12:51

Encaminhado para Órgão Responsável:

Secretaria Municipal de Governo e Relações Institucionais

Prazo de Resposta:

18/03/2020 12:51

Manifestação:

Solicito à Prefeitura de Palmas, com base na lei 12.527/11, no que se refere ao acesso a informação sobre o Orçamento Participativo dentro do Município, se houve tentativas de implantação, se obteve sucesso, documentos que comprovem a atuação do Orçamento Participativo dentro do município. Solicito também, esclarecimentos das causas/motivos da não continuidade do Orçamento Participativo no município.

Resposta 1

Respondido dia 20 de Maio de 2020 às 16:50

O Orçamento Participativo foi implantado no município de Palmas na gestão do ex Prefeito Raul Filho, através de uma secretaria específica para tratar deste assunto. E na Gestão do Ex-Prefeito Carlos Amastha ela foi extinta e sempre vinha sendo feito Audiências Públicas com representantes das entidades Cívicas. E a Gestão Atual tem dado continuidade, só que, cada Gestor/Administrador tem suas maneiras e suas peculiaridades. Neste caso o Orçamento Participativo é amplamente discutido com as associações comunitárias de todas as regiões da cidade, tanto na elaboração do PPA quanto na construção da LOA.

Movimentações

Data	Situação	Usuário
3 de Março de 2020 às 12:51	Aberta	MARCIA BETANIA ALVES PEREIRA
3 de Março de 2020 às 15:40	Em atendimento	JUCILENE DO NASCIMENTO RIBEIRINHA
3 de Março de 2020 às 15:41	Encaminhado p/ Órgão resp.	JUCILENE DO NASCIMENTO RIBEIRINHA
15 de Maio de 2020 às 14:15	Recusado. Enviado p/ Órgão errado	MONICA LUCIA VIEIRA BEZERRA
15 de Maio de 2020 às 14:15	Recusado. Enviado p/ Órgão errado	MONICA LUCIA VIEIRA BEZERRA
15 de Maio de 2020 às 14:15	Recusado. Enviado p/ Órgão errado	MONICA LUCIA VIEIRA BEZERRA
15 de Maio de 2020 às 16:02	Encaminhado p/ Órgão resp.	JUCILENE DO NASCIMENTO RIBEIRINHA

ANEXO III – E-mail de resposta da prefeitura sobre o pedido de informações

20/05/2021

Ouvidoria | Cadastro Manifestação

Data	Situação	Usuário
20 de Maio de 2020 às 16:49	Respondido e aguardando publicação	GUILHERME HENRIQUE FERREIRA FOLHA
20 de Maio de 2020 às 16:50	Respondido e aguardando publicação	GUILHERME HENRIQUE FERREIRA FOLHA
22 de Maio de 2020 às 15:30	Resposta publicada	JUCILENE DO NASCIMENTO RIBEIRINHA
15 de Maio de 2021 às 12:06	Solicitação de recurso	MARCIA BETANIA ALVES PEREIRA
Processando		

ouvidoria.palmas.to.gov.br/sic/solicitacao/andamento/2020030324405/4bcaa8a25e3e09234eba93f282134b729663526c/

2/2

ANEXO IV – Solicitação de Informação no E-SIC

08/06/2021	Ouvidoria Cadastro Manifestação																		
																			
PREFEITURA DE PALMAS SECRETARIA DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE INTERNO																			
Andamento da Solicitação Acompanhe aqui o andamento da sua solicitação Situação: Resposta publicada Protocolo: 2021051528984 Data da Manifestação: 15 de Maio de 2021 às 12:25 Encaminhado para Órgão Responsável: Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Humano Prazo de Resposta: 30/05/2021 12:25 Manifestação: Solicito à Prefeitura do Município de Palmas-TO, com base na Lei 12.527/11, concernente ao acesso a informação, sobre o andamento do Orçamento Participativo na cidade, visto que o PPA 2018/2021 está findando, gostaria de informações se irão continuar, se obtiverão sucesso na implantação do OP no PPA passado, aproveito também para solicitar documentos que comprovem a atuação do Orçamento Participativo, ou as possíveis causas/motivos da não continuidade deste modelo de gestão para o Próximo PPA. Resposta 1 Respondido dia 2 de Junho de 2021 às 16:30 Em 02/06/2021 aportou a este Setor a resposta do questionamento da cidadã a qual segue anexo. Anexos: Movimentações <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="text-align: center;">Data</th> <th style="text-align: center;">Situação</th> <th style="text-align: center;">Usuário</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>15 de Maio de 2021 às 12:25</td> <td>Aberta</td> <td>MARCIA BETANIA ALVES PEREIRA</td> </tr> <tr> <td>17 de Maio de 2021 às 07:47</td> <td>Em atendimento</td> <td>MARIA VENUZ BANDEIRA</td> </tr> <tr> <td>17 de Maio de 2021 às 07:47</td> <td>Encaminhado p/ Órgão resp.</td> <td>MARIA VENUZ BANDEIRA</td> </tr> <tr> <td>2 de Junho de 2021 às 16:30</td> <td>Respondido e aguardando publicação</td> <td>PATRICIA PEREIRA BARRETO</td> </tr> <tr> <td>7 de Junho de 2021 às 08:02</td> <td>Resposta publicada</td> <td>JUCILENE DO NASCIMENTO RIBEIRINHA</td> </tr> </tbody> </table> Processando		Data	Situação	Usuário	15 de Maio de 2021 às 12:25	Aberta	MARCIA BETANIA ALVES PEREIRA	17 de Maio de 2021 às 07:47	Em atendimento	MARIA VENUZ BANDEIRA	17 de Maio de 2021 às 07:47	Encaminhado p/ Órgão resp.	MARIA VENUZ BANDEIRA	2 de Junho de 2021 às 16:30	Respondido e aguardando publicação	PATRICIA PEREIRA BARRETO	7 de Junho de 2021 às 08:02	Resposta publicada	JUCILENE DO NASCIMENTO RIBEIRINHA
Data	Situação	Usuário																	
15 de Maio de 2021 às 12:25	Aberta	MARCIA BETANIA ALVES PEREIRA																	
17 de Maio de 2021 às 07:47	Em atendimento	MARIA VENUZ BANDEIRA																	
17 de Maio de 2021 às 07:47	Encaminhado p/ Órgão resp.	MARIA VENUZ BANDEIRA																	
2 de Junho de 2021 às 16:30	Respondido e aguardando publicação	PATRICIA PEREIRA BARRETO																	
7 de Junho de 2021 às 08:02	Resposta publicada	JUCILENE DO NASCIMENTO RIBEIRINHA																	
ouvidoria.palmas.to.gov.br/sic/solicitacao/andamento/2021051528984/a042f4ea46b2e0eca6b50be1427be45696b3d266/ 1/1																			

ANEXO V – Ofício resposta da prefeitura sobre pedido de informações



Secretaria Municipal
de Planejamento e
Desenvolvimento Humano

**PREFEITURA DE
PALMAS**

OFÍCIO INTERNO Nº 012/2021/SPO/SEPLAD

À Senhora
Patrícia Pereira Barreto
Assessora Especial Jurídica/SEPLAD
Nesta

Assunto: **Resposta a ocorrência 2021051528984**

Senhora Assessora,

1. Refiro-me ao OFÍCIO INTERNO Nº 017/2021/AEJ/SEPLAD, que trata da ocorrência em epígrafe, a qual solicita informações sobre i) o andamento da elaboração do Orçamento Participativo - OP na Prefeitura de Palmas, ii) quanto ao sucesso obtido com esse modelo de gestão participativa, e ainda, iii) solicita a documentação comprobatória referente a atuação do OP na cidade.
2. Quanto ao primeiro questionamento, informo que conforme a Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município de Palmas, no exercício de 2021 será elaborado o Plano Plurianual - PPA para os próximos 4 anos, bem como os demais instrumentos de planejamento orçamentário para o próximo exercício.
3. Esses instrumentos de planejamento serão elaborados de forma participativa entre a administração municipal e a sociedade, que devido ao contexto pandêmico vivenciado no Brasil e no mundo, e os novos desafios e dinâmicas sociais restritivas e de menor contato, serão realizadas de forma virtual.
4. Destaca-se que a Prefeitura de Palmas tem buscado ferramentas digitais no intuito de potencializar os mecanismos de participação da população no processo de planejamento das políticas públicas.
5. Com relação aos outros dois questionamentos, ressalta-se que das demandas levantadas pela população nas audiências realizadas no ano de 2017 para

Palmas, 01 de junho de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
Secretaria de Planejamento e Desenv. Humano
ASSESSORIA ESPECIAL JURÍDICO

Recebi em 02/06/21
Às 13 : 59 hs, Palmas-TO

Paula D. Freitas



ACSU-SE 50, Av. NS-02, Conj. 1, Ed. Buritis - 2º Andar CEP: 77.021-658
Telefone: 3212-7111 | E-mail: gabinete.seplad@palmas.to.gov.br



ANEXO V – Ofício resposta da prefeitura sobre pedido de informações

Secretaria Municipal
de Planejamento e
Desenvolvimento Humano



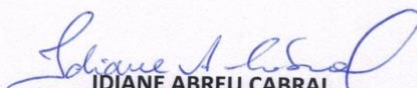
**PREFEITURA DE
PALMAS**

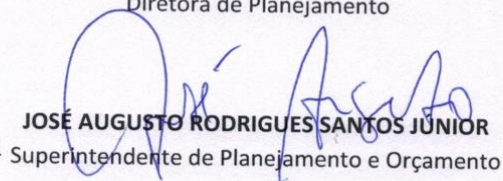
elaboração do PPA 2018-2021 e Orçamento Participativo, foram priorizadas e inseridas nessas Leis o total de 48 (quarenta e oito) ações, destas, apenas 04 (quatro) não tiveram execução até o mês de abril de 2021. Dessa forma, verifica-se que as ações derivadas das audiências públicas obtiveram uma execução de 92%, conforme documentação comprobatória de execução do orçamento em anexo.

6. Essa situação demonstra o sucesso obtido pelo município de Palmas com a implantação desse modelo de gestão participativa.

7. Sem mais para o momento, nos colocamos a disposição para outras informações que se fizerem necessárias à solicitante, pelo telefone 3212-7119 ou pelos e-mails planejamento@palmas.to.gov.br e orcamento@palmas.to.gov.br.

Atenciosamente,


IDIANE ABREU CABRAL
Diretora de Planejamento


JOSÉ AUGUSTO RODRIGUES SANTOS JUNIOR
Superintendente de Planejamento e Orçamento

ANEXO V – Ofício resposta da prefeitura sobre pedido de informações



PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Execução das Ações Orçamentárias derivadas do Orçamento Participativo - Exercício 2018

Seq.	Código e Nome da Unidade	Código e Nome da Ação Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Total Empenhado	Total Liquidado	Total Pago
1	2300 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PALMAS*	2743 - PPA-P- Mapeamento do patrimônio imobiliário	10.000,00	-	-	-	-
2	1200 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E MOBILIDADE URBANA*	2731 - PPA-P-Manutenção do sistema de videomonitoramento de espaços públicos	400.000,00	-	-	-	-
3	9500 - FUNDAÇÃO ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE PALMAS*	2721 - PPA-P-Manutenção de recursos humanos da FESP	1.465.000,00	1.818.024,83	1.846.279,41	1.846.279,41	1.803.432,99
4	8600 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE*	2717 - PPA-P-Fortalecimento do Controle e Participação Social do SUS	40.000,00	-	-	-	-
5	8600 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE*	2737 - PPA-P-Aprimoramento da Gestão Estratégica do SUS	10.000,00	10.000,00	-	-	-
6	9500 - FUNDAÇÃO ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE PALMAS*	2727 - PPA-P-Fortalecimento das Ações do Plano Municipal de Educação Permanente em Saúde	638.600,00	649.006,05	447.645,59	203.396,59	203.396,59
7	8600 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE*	1667 - PPA-P-Estruturação e Implementação Física da Atenção Primária	2.376.360,00	2.440.985,55	331.441,68	281.245,18	281.245,18
8	8600 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE*	2710 - PPA-P-Manutenção dos Serviços da Atenção Primária	3.366.044,00	5.660.289,08	6.363.084,19	6.333.439,40	5.769.485,94
9	8600 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE*	2741 - PPA-P-Manutenção de recursos humanos da Atenção Primária	49.112.885,00	59.044.564,98	55.333.591,58	55.333.591,58	53.842.262,41
10	8600 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE*	1674 - PPA-P-Estruturação e Implementação Física da Atenção Secundária em Saúde	11.025.220,00	11.129.499,64	554.439,01	463.318,84	302.936,23
11	8600 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE*	2718 - PPA-P-Manutenção de recursos humanos da Atenção Secundária	57.977.871,00	55.872.738,99	57.670.133,53	57.670.133,53	56.562.821,24
12	8600 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE*	2742 - PPA-P-Manutenção da Atenção Secundária em Saúde	5.761.970,00	7.234.527,66	11.725.767,45	11.524.561,41	9.920.454,37
13	8600 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE*	2724 - PPA-P-Manutenção da Assistência Farmacêutica	2.566.500,00	4.914.350,39	3.950.013,45	3.935.980,26	3.646.098,97
14	8600 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE*	2716 - PPA-P-Manutenção de recursos humanos da Vigilância em Saúde	17.612.441,00	17.750.998,08	17.031.808,81	17.031.808,81	16.499.516,76
15	8600 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE*	2739 - PPA-P-Gerenciamento das Ações e Serviços de Vigilância em Saúde	1.219.054,00	1.570.866,14	1.572.566,18	1.520.577,38	1.379.305,26
16	2900 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO*	2738 - PPA-P-Fortalecimento da gestão democrática	60.000,00	11.976,00	11.972,00	11.972,00	5.000,00
17	2900 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO*	1666 - PPA-P-Construção de unidades educacionais da educação fundamental	4.554.327,00	4.149.577,64	1.917.337,02	1.917.337,02	1.764.270,34
18	2900 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO*	1670 - PPA-P-Implantação do referencial pedagógico da educação fundamental	10.000,00	5.000,00	-	-	-
19	2900 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO*	2712 - PPA-P-Oferta de uniforme aos educandos e profissionais da educação fundamental	650.000,00	654.634,80	654.634,80	654.634,80	654.634,80

Fonte: Sistema Integrado de Gestão e Tribunal de Contas do Estado do Tocantins

ANEXO V – Ofício resposta da prefeitura sobre pedido de informações



PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Execução das Ações Orçamentárias derivadas do Orçamento Participativo - Exercício 2018

Seq.	Código e Nome da Unidade	Código e Nome da Ação Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Total Empenhado	Total Liquidado	Total Pago
20	2900 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO'	2714 - PPA-P-Formação permanente e continuada dos profissionais da educação fundamental	205.000,00	681.957,02	527.591,70	527.591,70	327.591,70
21	2900 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO'	2732 - PPA-P-Descentralização de recursos à gestão autônoma e participativa das escolas	5.778.000,00	5.196.911,44	6.607.665,19	6.607.665,19	6.567.078,23
22	2900 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO'	1673 - PPA-P-Ampliação da oferta da educação infantil	1.060.000,00	1.062.307,72	1.062.307,62	1.062.307,62	1.045.987,25
23	2900 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO'	1675 - PPA-P-Construção dos Centros de Educação Infantil - CMEI's	6.963.200,00	6.305.793,28	1.663.497,78	1.663.497,78	1.663.497,78
24	2900 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO'	2722 - PPA-P-Descentralização de recursos à gestão autônoma e participativa dos CMEIS	1.447.200,00	1.798.842,25	2.257.625,84	2.257.625,84	2.236.706,06
25	2900 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO'	2744 - PPA-P-Formação permanente e continuada dos profissionais da educação infantil	10.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00
26	6800 - FUNDO MUNICIPAL À CULTURA'	2723 - PPA-P Promocção de editais de incentivo à cultura - PROMIC	361.050,00	361.050,00	312.838,00	287.838,00	249.188,00
27	7100 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE PALMAS'	2726 - PPA-P-Realização do arraiá da capital	698.000,00	995.190,28	2.151.325,28	2.151.325,28	2.151.325,28
28	6300 - FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA'	1669 - PPA-P-Execução de iluminação temática	2.600.000,00	1.260.512,22	1.255.794,00	1.219.510,00	1.219.510,00
29	3500 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS'	1672 - PPA-P-Construção de equipamentos públicos	22.984.734,00	25.245.505,78	8.948.316,28	8.948.316,28	8.809.261,86
30	3500 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS'	1676 - PPA-P-Requalificação urbana - Palmas para o futuro	21.002.000,00	20.580.559,68	-	-	-
31	6300 - FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA'	2711 - PPA-P-Ampliação da rede de iluminação pública	6.359.000,00	5.245.350,06	5.233.468,73	4.350.103,71	3.265.817,71
32	3500 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS'	2720 - PPA-P-Manutenção de equipamentos públicos	1.501.000,00	584.804,05	580.413,35	580.413,35	528.349,59
33	6300 - FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA'	2728 - PPA-P-Manutenção da rede de iluminação pública	14.106.000,00	15.722.289,72	15.680.384,90	15.441.670,24	15.282.193,68
34	3500 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS'	2734 - PPA-P-Execução de infraestrutura urbana	47.552.357,00	49.623.329,74	13.286.557,80	13.286.557,80	13.064.245,58
35	1200 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E MOBILIDADE URBANA'	2715 - PPA-P-Manutenção de calçadas e ciclovias	400.000,00	-	-	-	-
36	3500 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS'	2719 - PPA-P-Execução dos serviços de manutenção nas vias urbanas	9.357.157,00	9.508.674,03	9.868.134,15	9.868.134,15	9.815.821,93
37	3500 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS'	2729 - PPA-P-Execução paisagística de praças, parques, jardins e canteiros	25.375.496,90	36.530.918,87	38.421.766,39	38.387.280,51	38.187.590,97
38	6500 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL'	1668 - PPA-P-Construção de unidade habitacional	5.028.000,00	6.394.710,02	2.617.026,02	2.617.026,02	2.275.347,19

Fonte: Sistema Integrado de Gestão e Tribunal de Contas do Estado do Tocantins

ANEXO V – Ofício resposta da prefeitura sobre pedido de informações



PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Execução das Ações Orçamentárias derivadas do Orçamento Participativo - Exercício 2018

Seq.	Código e Nome da Unidade	Código e Nome da Ação Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Total Empenhado	Total Liquidado	Total Pago
39	35 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS¹	2709 - PPA-P-Gestão de serviços de limpeza urbana	36.501.000,00	26.766.641,18	28.766.641,18	28.766.641,18	28.766.641,18
40	3500 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS¹	2735 - PPA-P-Gestão do aterro sanitário	802.000,00	2.434.127,89	2.434.127,88	2.434.127,88	2.434.127,88
41	3300 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL¹	2713 - PPA-P-Manutenção de hortas comunitárias	243.400,00	112.775,59	111.683,37	111.683,37	111.683,37
42	3300 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL¹	2725 - PPA-P-Apoio aos produtores rurais	432.000,00	46.289,90	40.209,90	40.209,90	36.623,49
43	3300 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL¹	2733 - PPA-P-Construção de poços	670.000,00	-	-	-	-
44	3300 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL¹	2736 - PPA-P-Fomento na produção de pescado	35.000,00	-	-	-	-
45	3300 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL¹	2740 - PPA-P-Manutenção de estradas vicinais	7.182.631,00	6.005.231,39	6.428.205,21	6.413.242,20	6.335.667,64
46	3300 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL¹	2745 - PPA-P-Subsídio para correção do solo	50.000,00	-	-	-	-
47	1400 - AGÊNCIA MUNICIPAL DE TURISMO¹	2730 - PPA-P-Realização de eventos geradores de fluxo turístico	50.000,00	6.777,00	30.579,00	30.579,00	14.064,00
48	1200 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E MOBILIDADE URBANA¹	1671 - PPA-P-Construção de abrigos	350.000,00	110.000,00	-	-	-

Nota:

A ação 1670 - PPA-P-Implantação do referencial pedagógico da educação fundamental é apresentada apenas nos exercícios de 2018 e 2019.

Fonte: Sistema Integrado de Gestão e Tribunal de Contas do Estado do Tocantins

ANEXO V – Ofício resposta da prefeitura sobre pedido de informações



PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO HUMANO
 Execução das Ações Orçamentárias derivadas do Orçamento Participativo - Exercício 2019

Seq.	Código e Nome da Unidade	Código e Nome da Ação Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Total Empenhado	Total Liquidado	Total Pago
1	2300 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PALMAS'	DE 2743 - PPA-P- Mapeamento do patrimônio imobiliário	360.000,00	159.153,26	156.531,40	112.443,40	112.443,40
2	1200 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E MOBILIDADE URBANA'	E 2731 - PPA-P-Manutenção do sistema de videomonitoramento de espaços públicos	230.000,00	-	-	-	-
3	9500 - FUNDAÇÃO ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE PALMAS'	DE 2721 - PPA-P-Manutenção de recursos humanos da FESP	1.924.300,00	1.664.800,00	1.574.658,80	1.574.658,80	1.563.230,30
4	8600 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE'	2717 - PPA-P-Fortalecimento do Controle e Participação Social do SUS	150.000,00	94.400,00	46.031,50	45.438,00	43.894,90
5	8600 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE'	2737 - PPA-P-Aprimoramento da Gestão Estratégica do SUS	29.999,00	2.425,21	-	-	-
6	9500 - FUNDAÇÃO ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE PALMAS'	DE 2727 - PPA-P-Fortalecimento das Ações do Plano Municipal de Educação Permanente em Saúde	658.000,00	548.000,00	67.473,37	46.078,95	46.078,95
7	8600 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE'	1667 - PPA-P-Estruturação e Implementação Física da Atenção Primária	2.155.510,00	1.933.914,61	1.698.921,03	496.238,06	260.575,28
8	8600 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE'	2710 - PPA-P-Manutenção dos Serviços da Atenção Primária	9.070.097,00	10.883.383,25	13.054.847,92	11.886.399,28	10.735.572,30
9	8600 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE'	2741 - PPA-P-Manutenção de recursos humanos da Atenção Primária	51.923.847,00	60.163.161,43	62.408.767,82	62.300.947,82	61.771.151,78
10	8600 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE'	1674 - PPA-P-Estruturação e Implementação Física da Atenção Secundária em Saúde	7.957.967,00	5.747.034,34	1.013.179,39	392.956,51	379.661,33
11	8600 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE'	2718 - PPA-P-Manutenção de recursos humanos da Atenção Secundária	62.199.879,00	59.809.944,03	60.135.771,00	60.118.828,50	59.685.085,56
12	8600 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE'	2742 - PPA-P-Manutenção da Atenção Secundária em Saúde	13.950.278,00	13.102.011,51	16.323.073,09	14.383.890,67	13.200.648,97
13	8600 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE'	2724 - PPA-P-Manutenção da Assistência Farmacêutica	5.515.817,00	7.621.994,29	9.041.847,74	7.967.676,92	7.112.586,39
14	8600 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE'	2716 - PPA-P-Manutenção de recursos humanos da Vigilância em Saúde	16.767.026,00	17.150.942,81	17.137.215,91	17.136.965,91	17.002.262,92
15	8600 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE'	2739 - PPA-P-Gerenciamento das Ações e Serviços de Vigilância em Saúde	2.174.298,00	1.821.707,69	1.930.710,76	1.654.623,97	1.558.605,68
16	2900 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO'	2738 - PPA-P-Fortalecimento da gestão democrática	84.196,00	40.996,24	40.966,24	40.966,24	39.276,48
17	2900 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO'	1666 - PPA-P-Construção de unidades educacionais da educação fundamental	2.100.000,00	2.618.193,08	2.160.015,71	2.160.015,71	1.833.395,66
18	2900 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO'	1670 - PPA-P-Implantação do referencial pedagógico da educação fundamental	5.000,00	-	-	-	-
19	2900 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO'	2712 - PPA-P-Oferta de uniforme aos educandos e profissionais da educação fundamental	650.000,00	509.712,20	509.712,20	509.712,20	509.712,20

Fonte: Sistema Integrado de Gestão e Tribunal de Contas do Estado do Tocantins

ANEXO V – Ofício resposta da prefeitura sobre pedido de informações



PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Execução das Ações Orçamentárias derivadas do Orçamento Participativo - Exercício 2019

Seq.	Código e Nome da Unidade	Código e Nome da Ação Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Total Empenhado	Total Liquidado	Total Pago
20	2900 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO'	2714 - PPA-P-Formação permanente e continuada dos profissionais da educação fundamental	271.960,00	58.574,00	125.020,27	125.020,27	125.020,27
21	2900 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO'	2732 - PPA-P-Descentralização de recursos à gestão autônoma e participativa das escolas	-	203.861,01	8.145.980,85	8.145.980,85	8.097.681,41
22	2900 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO'	1673 - PPA-P-Ampliação da oferta da educação infantil	1.314.538,00	1.241.307,72	1.241.307,72	1.241.307,72	1.141.307,72
23	2900 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO'	1675 - PPA-P-Construção dos Centros de Educação Infantil - CMEI's	4.146.908,00	3.798.847,04	1.296.202,96	1.296.202,96	1.175.792,73
24	2900 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO'	2722 - PPA-P-Descentralização de recursos à gestão autônoma e participativa dos - CMEIS	11.391.091,00	2.939.012,56	2.939.010,48	2.939.010,48	2.939.010,48
25	2900 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO'	2744 - PPA-P-Formação permanente e continuada dos profissionais da educação infantil	179.776,00	831.271,00	107.421,37	107.421,37	107.421,37
26	6800 - FUNDO MUNICIPAL À CULTURA'	2723 - PPA-P Promoção de editais de incentivo à cultura - PROMIC	694.100,00	370.897,81	-	-	-
27	7100 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE PALMAS'	2726 - PPA-P-Realização do arraiá da capital	2.520.000,00	2.344.024,04	2.344.024,04	2.344.024,04	2.344.024,04
28	6300 - FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA'	1669 - PPA-P-Execução de iluminação temática	1.000.000,00	856.000,00	907.892,00	837.560,00	804.533,00
29	3500 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS'	1672 - PPA-P-Construção de equipamentos públicos	5.627.773,00	3.081.917,64	233.095,50	233.095,50	123.599,54
30	3500 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS'	1676 - PPA-P-Requalificação urbana - Palmas para o futuro	50.151.000,00	42.143.000,00	-	-	-
31	6300 - FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA'	2711 - PPA-P-Ampliação da rede de iluminação pública	5.364.690,00	3.271.154,22	1.720.644,48	1.161.924,48	1.161.924,48
32	3500 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS'	2720 - PPA-P-Manutenção de equipamentos públicos	1.702.023,00	1.809.011,58	1.808.110,13	1.789.637,48	1.691.092,73
33	6300 - FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA'	2728 - PPA-P-Manutenção da rede de iluminação pública	15.020.990,00	17.258.525,78	17.673.641,08	16.208.321,73	16.042.510,93
34	3500 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS'	2734 - PPA-P-Execução de infraestrutura urbana	7.481.704,00	11.190.784,31	7.621.669,52	7.621.669,52	7.064.159,52
35	1200 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E MOBILIDADE URBANA'	2715 - PPA-P-Manutenção de calçadas e ciclovias	228.300,00	226.300,00	-	-	-
36	3500 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS'	2719 - PPA-P-Execução dos serviços de manutenção nas vias urbanas	12.288.270,00	13.368.205,86	13.240.868,86	13.240.868,86	12.719.331,93
37	3500 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS'	2729 - PPA-P-Execução paisagística de praças, parques, jardins e canteiros	3.608.000,00	13.408.923,94	13.408.923,54	13.382.525,54	12.647.103,94
38	6500 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL'	1668 - PPA-P-Construção de unidade habitacional	6.864.468,00	6.068.525,29	2.420.623,69	2.420.623,69	1.920.179,41

Fonte: Sistema Integrado de Gestão e Tribunal de Contas do Estado do Tocantins

ANEXO V – Ofício resposta da prefeitura sobre pedido de informações



PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Execução das Ações Orçamentárias derivadas do Orçamento Participativo - Exercício 2019

Seq.	Código e Nome da Unidade	Código e Nome da Ação Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Total Empenhado	Total Liquidado	Total Pago
39	3500 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	2709 - PPA-P-Gestão de serviços de limpeza urbana	42.501.000,00	35.247.592,63	40.409.709,15	37.795.109,69	32.868.345,60
40	3500 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	2735 - PPA-P-Gestão do aterro sanitário	1.300.000,00	2.530.570,19	2.530.570,19	2.517.073,19	2.517.073,19
41	3300 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL	2713 - PPA-P-Manutenção de hortas comunitárias	95.000,00	119.883,47	119.883,43	119.883,43	119.883,43
42	3300 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL	2725 - PPA-P-Apoio aos produtores rurais	965.200,00	622.009,20	972.265,49	836.388,31	772.768,14
43	3300 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL	2733 - PPA-P-Construção de poços	1.029.300,00	564.000,00	564.000,00	-	-
44	3300 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL	2736 - PPA-P-Fomento na produção de pescado	100.000,00	7.476,43	7.476,43	7.476,43	7.476,43
45	3300 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL	2740 - PPA-P-Manutenção de estradas vicinais	5.201.000,00	6.368.048,48	9.757.026,45	9.249.966,78	8.317.815,03
46	3300 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL	2745 - PPA-P-Subsídio para correção do solo	55.000,00	20.878,37	20.878,37	20.878,37	20.878,37
47	1400 - AGÊNCIA MUNICIPAL DE TURISMO	2730 - PPA-P-Realização de eventos geradores de fluxo turístico	248.600,00	353.986,50	353.986,50	338.986,50	338.986,50
48	1200 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E MOBILIDADE URBANA	1671 - PPA-P-Construção de abrigos	200.600,00	-	-	-	-

Nota:

A ação 1670 - PPA-P-Implantação do referencial pedagógico da educação fundamental é apresentada apenas nos exercícios de 2018 e 2019.

Fonte: Sistema Integrado de Gestão e Tribunal de Contas do Estado do Tocantins

ANEXO V – Ofício resposta da prefeitura sobre pedido de informações



PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Execução das Ações Orçamentárias derivadas do Orçamento Participativo - Exercício 2020

Seq.	Código e Nome da Unidade	Código e Nome da Ação Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Total Empenhado	Total Liquidado	Total Pago
1	2300 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PALMAS	2743 - PPA-P- Mapeamento do patrimônio imobiliário	760.000,00	506.000,00	427.967,48	274.637,68	274.637,68
2	1200 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E MOBILIDADE URBANA	2731 - PPA-P-Manutenção do sistema de videomonitoramento de espaços públicos	230.000,00	234.787,80	192.949,95	139.605,00	139.605,00
3	9500 - FUNDAÇÃO ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE PALMAS	2721 - PPA-P-Manutenção de recursos humanos da FESP	1.650.800,00	1.796.020,00	1.888.936,38	1.888.936,38	1.888.936,38
4	8600 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	2717 - PPA-P-Fortalecimento do Controle e Participação Social do SUS	100.000,00	2.136,60	2.136,60	2.136,60	2.136,60
5	8600 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	2737 - PPA-P-Aprimoramento da Gestão Estratégica do SUS	28.000,00	28.000,00	-	-	-
6	9500 - FUNDAÇÃO ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE PALMAS	2727 - PPA-P-Fortalecimento das Ações do Plano Municipal de Educação Permanente em Saúde	210.491,00	195.491,00	94.108,10	93.113,39	93.113,39
7	8600 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	1667 - PPA-P-Estruturação e Implementação Física da Atenção Primária	717.506,00	198.505,68	643.827,34	575.897,60	540.139,65
8	8600 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	2710 - PPA-P-Manutenção dos Serviços da Atenção Primária	8.860.285,00	9.062.315,66	9.213.460,87	8.577.583,07	7.589.707,07
9	8600 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	2741 - PPA-P-Manutenção de recursos humanos da Atenção Primária	69.898.500,00	69.281.338,03	77.967.637,55	77.070.189,10	77.070.189,10
10	8600 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	1674 - PPA-P-Estruturação e Implementação Física da Atenção Secundária em Saúde	2.040.000,00	3.019.860,36	2.035.857,13	1.774.260,22	1.094.617,92
11	8600 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	2718 - PPA-P-Manutenção de recursos humanos da Atenção Secundária	63.439.266,00	54.835.181,65	67.670.536,38	65.384.447,94	65.384.355,52
12	8600 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	2742 - PPA-P-Manutenção da Atenção Secundária em Saúde	13.952.831,00	15.611.755,13	12.876.468,80	11.882.303,09	10.167.610,28
13	8600 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	2724 - PPA-P-Manutenção da Assistência Farmacêutica	4.017.016,00	3.149.599,04	2.203.533,12	2.010.760,84	1.221.377,98
14	8600 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	2716 - PPA-P-Manutenção de recursos humanos da Vigilância em Saúde	19.583.200,00	18.187.148,61	19.266.257,88	19.212.650,66	19.212.650,66
15	8600 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	2739 - PPA-P-Gerenciamento das Ações e Serviços de Vigilância em Saúde	1.837.406,00	1.566.164,60	1.458.444,33	1.331.533,62	1.178.827,62
16	2900 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO	2738 - PPA-P-Fortalecimento da gestão democrática	119.052,00	55.513,00	36.990,00	36.990,00	-
17	2900 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO	1666 - PPA-P-Construção de unidades educacionais da educação fundamental	1.568.457,00	1.432.368,37	1.483.890,23	1.483.890,23	585.320,20
19	2900 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO	2712 - PPA-P-Oferta de uniforme aos educandos e profissionais da educação fundamental	615.000,00	549.274,70	531.776,00	531.776,00	531.776,00
20	2900 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO	2714 - PPA-P-Formação permanente e continuada dos profissionais da educação fundamental	667.454,00	857.443,40	972.867,50	972.867,50	510.367,50

Fonte: Sistema Integrado de Gestão e Tribunal de Contas do Estado do Tocantins

ANEXO V – Ofício resposta da prefeitura sobre pedido de informações



PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Execução das Ações Orçamentárias derivadas do Orçamento Participativo - Exercício 2020

Seq.	Código e Nome da Unidade	Código e Nome da Ação Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Total Empenhado	Total Liquidado	Total Pago
21	2900 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO'	2732 - PPA-P-Descentralização de recursos à gestão autônoma e participativa das escolas	7.778.526,00	7.232.637,15	7.156.515,84	7.156.515,84	7.042.454,68
22	2900 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO'	1673 - PPA-P-Ampliação da oferta da educação infantil	1.430.592,00	2.113.924,04	1.203.686,35	1.203.686,35	1.095.163,89
23	2900 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO'	1675 - PPA-P- Construção dos Centros de Educação Infantil - CMEI's	4.176.283,00	4.090.386,46	2.003.814,00	2.003.814,00	1.794.469,25
24	2900 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO'	2722 - PPA-P-Descentralização de recursos à gestão autônoma e participativa dos CMEIS	3.233.022,00	2.000.248,09	2.653.117,10	2.653.117,10	2.647.617,63
25	2900 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO'	2744 - PPA-P-Formação permanente e continuada dos profissionais da educação infantil	484.945,00	338.683,89	557.442,50	557.442,50	357.442,50
26	6800 - FUNDO MUNICIPAL À CULTURA'	2723 - PPA-P- Promoção de editais de incentivo à cultura - PROMIC	278.845,00	300.000,00	1.159.314,63	1.159.314,63	1.159.314,63
27	7100 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE PALMAS'	2726 - PPA-P-Realização do arraiá da capital	1.000,00	2.400,00	1.135.950,78	1.135.950,78	1.124.826,78
28	6300 - FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA'	1669 - PPA-P-Execução de iluminação temática	1.090.000,00	1.125.000,00	1.119.246,00	1.119.246,00	768.372,00
29	3500 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS'	1672 - PPA-P-Construção de equipamentos públicos	11.206.128,00	9.236.541,82	5.937.110,82	5.937.110,82	5.516.669,46
30	3500 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS'	1676 - PPA-P-Requalificação urbana - Palmas para o futuro	68.418.381,00	81.155.851,71	63.152.198,32	61.381.004,40	60.690.000,77
31	6300 - FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA'	2711 - PPA-P-Ampliação da rede de iluminação pública	2.284.900,00	486.547,65	281.967,29	281.967,29	184.679,41
32	3500 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS'	2720 - PPA-P-Manutenção de equipamentos públicos	670.000,00	1.644.292,26	2.633.741,59	2.629.141,59	1.744.238,44
33	6300 - FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA'	2728 - PPA-P-Manutenção da rede de iluminação pública	14.933.450,00	16.259.252,51	18.211.592,18	16.784.477,70	16.754.507,34
34	3500 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS'	2734 - PPA-P-Execução de infraestrutura urbana'	21.106.203,00	8.250.391,83	15.006.245,86	14.102.122,27	13.227.393,20
35	1200 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E MOBILIDADE URBANA'	2715 - PPA-P-Manutenção de calçadas e ciclovias	100.000,00	50.000,00	-	-	-
36	3500 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS'	2719 - PPA-P-Execução dos serviços de manutenção nas vias urbanas	6.129.518,00	10.711.372,80	15.634.363,67	14.466.611,99	14.292.993,96
37	3500 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS'	2729 - PPA-P-Execução paisagística em espaços públicos	3.521.000,00	11.118.054,68	14.101.686,46	13.168.028,75	12.961.520,74
38	6500 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL'	1668 - PPA-P- Construção de unidades habitacionais	8.864.268,00	8.966.307,80	1.310.230,74	1.310.230,74	1.180.022,34
39	3500 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS'	2709 - PPA-P-Gestão de serviços de limpeza urbana	38.601.000,00	34.508.794,69	42.983.464,28	34.264.975,68	31.273.275,46

Fonte: Sistema Integrado de Gestão e Tribunal de Contas do Estado do Tocantins

ANEXO V – Ofício resposta da prefeitura sobre pedido de informações



PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Execução das Ações Orçamentárias derivadas do Orçamento Participativo - Exercício 2020

Seq.	Código e Nome da Unidade	Código e Nome da Ação Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Total Empenhado	Total Liquidado	Total Pago
40	3500 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS'	2735 - PPA-P-Gestão do aterro sanitário	1.160.000,00	4.333.124,43	6.509.473,67	6.063.190,35	5.400.307,03
41	3300 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL'	2713 - PPA-P-Manutenção de hortas comunitárias	67.000,00	61.300,00	52.540,86	52.540,86	52.540,86
42	3300 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL'	2725 - PPA-P-Apoio aos produtores rurais	750.163,00	745.783,44	656.240,34	587.913,74	565.726,62
43	3300 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL'	2733 - PPA-P- Construção de poços	270.000,00	20.386,90	117.533,10	-	-
44	2600 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREGO'	2736 - PPA-P-Fomento na produção de pescado	35.000,00	15.400,00	49.653,60	49.653,60	49.653,60
45	3300 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL'	2740 - PPA-P-Manutenção de estradas vicinais	6.022.103,00	7.372.136,71	12.513.513,28	11.834.844,05	11.834.844,05
46	3300 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL'	2745 - PPA-P-Subsídio para correção do solo	21.000,00	21.000,00	-	-	-
47	1400 - AGÊNCIA MUNICIPAL DE TURISMO'	2730 - PPA-P-Realização de eventos geradores de fluxo turístico	149.891,00	222.802,00	152.482,71	152.482,71	150.597,71
48	1200 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E MOBILIDADE URBANA'	1671 - PPA-P-Ampliação de infraestrutura do transporte público coletivo	100.000,00	100.000,00	-	-	-

Nota:

A ação 1670 - PPA-P-Implantação do referencial pedagógico da educação fundamental é apresentada apenas nos exercícios de 2018 e 2019.

Fonte: Sistema Integrado de Gestão e Tribunal de Contas do Estado do Tocantins

ANEXO V – Ofício resposta da prefeitura sobre pedido de informações



PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Execução das Ações Orçamentárias derivadas do Orçamento Participativo - Exercício 2021 (Janeiro a abril)

Seq.	Código e Nome da Unidade	Código e Nome da Ação Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Total Empenhado	Total Liquidado	Total Pago
1	2200 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PALMAS	2743 - PPA-P-Gestão do patrimônio imobiliário	52.850,00	52.850,00	50.000,00	8.200,40	8.200,40
2	1200 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA À MOBILIDADE URBANA	2731 - PPA-P-Manutenção do sistema de vide monitoramento de espaços públicos	250.000,00	297.025,00	47.025,00	12.825,00	8.550,00
3	9500 - FUNDAÇÃO ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE PALMAS	2721 - PPA-P-Manutenção de recursos humanos da FESP	2.779.200,00	2.779.200,00	568.647,90	568.647,90	568.647,90
4	8600 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	2717 - PPA-P-Fortalecimento do controle e participação social do SUS	30.000,00	30.000,00	-	-	-
5	8600 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	2737 - PPA-P-Aprimoramento da Gestão Estratégica do SUS	20.000,00	20.000,00	-	-	-
6	9500 - FUNDAÇÃO ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE PALMAS	2727 - PPA-P-Fortalecimento das ações do Plano Municipal de Educação Permanente em saúde	183.492,00	319.306,43	29.700,00	19.800,00	-
7	8600 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	1667 - PPA-P-Estruturação à implementação física da Atenção Primária	182.400,00	854.142,88	768.968,30	189.528,30	152.003,30
8	8600 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	2710 - PPA-P-Manutenção dos Serviços da Atenção Primária	7.389.631,00	7.994.753,19	7.235.920,72	4.148.704,06	2.386.793,83
9	8600 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	2741 - PPA-P-Manutenção de recursos humanos da Atenção Primária	91.071.800,00	82.447.205,00	24.677.288,30	24.670.776,99	24.670.776,99
10	8600 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	1674 - PPA-P-Estruturação à implementação física da Média à alta Complexidade	2.401.878,00	4.880.011,41	2.630.145,37	2.253.132,00	2.112.000,00
11	8600 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	2718 - PPA-P-Manutenção de recursos humanos da Média à alta Complexidade	46.240.842,00	54.727.552,00	24.690.345,36	24.684.537,35	24.684.537,35
12	8600 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	2742 - PPA-P-Manutenção da Média à alta Complexidade	10.581.033,00	23.399.709,64	16.063.908,15	7.184.313,60	4.442.393,28
13	8600 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	PPA-P-Manutenção da Assistência Farmacêutica	3.410.024,00	4.853.070,27	1.951.020,22	1.104.474,06	148.969,80
14	8600 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	2716 - PPA-P-Manutenção de recursos humanos da Vigilância em saúde	25.951.458,00	26.247.753,00	6.498.391,66	6.498.391,66	6.498.391,66
15	8600 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	2739 - PPA-P-Gerenciamento das ações à serviços de Vigilância em saúde	1.229.883,00	947.290,77	841.126,73	383.473,91	363.332,64
16	2900 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO	2738 - PPA-P-Fortalecimento da gestão democrática	76.000,00	76.000,00	5.274,50	-	-
17	2900 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO	1666 - PPA-P-Construção de Unidades educacionais da educação fundamental	956.583,00	1.168.773,98	712.996,73	-	-
19	2900 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO	2712 - PPA-P-Oferta do uniforme aos educandos e profissionais da educação fundamental	600.000,00	551.902,00	508.796,20	508.796,20	-
20	2900 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO	2714 - PPA-P-Formação permanente e continuada dos profissionais da educação fundamental	283.662,00	431.205,00	313.421,54	163.421,54	163.421,54

Fonte: Sistema Integrado de Gestão e Tribunal de Contas do Estado do Tocantins

ANEXO V – Ofício resposta da prefeitura sobre pedido de informações



PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Execução das Ações Orçamentárias derivadas do Orçamento Participativo - Exercício 2021 (janeiro a abril)

Seq.	Código e Nome da Unidade	Código e Nome da Ação Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Total Empenhado	Total Liquidado	Total Pago
21	2900 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO	2732 - PPA-P-Descentralização de recursos à gestão autônoma e participativa das escolas	10.660.000,00	9.577.000,00	9.053.408,25	3.839.589,24	3.391.588,85
22	2900 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO	1673 - PPA-P-Ampliação da oferta da educação infantil	360.000,00	-	-	-	-
23	2900 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO	1675 - PPA-P-Construção dos centros de educação infantil à CMEI's	3.228.417,00	3.300.718,80	1.171.706,61	91.974,73	91.974,73
24	2900 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO	2722 - PPA-P-Descentralização de recursos à gestão autônoma e participativa dos CMEI's	2.167.330,00	3.459.430,00	2.744.341,71	1.190.279,57	1.105.910,39
25	2900 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO	2744 - PPA-P-Formação permanente à continuada dos profissionais da educação infantil	102.000,00	118.457,00	100.000,00	-	-
26	6800 - FUNDO MUNICIPAL DE APOIO À CULTURA	2723 - PPA-P-Promoção de Editais de Incentivo à Cultura - PROMIC	214.350,00	302.557,70	-	-	-
27	7100 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE PALMAS	2726 - PPA-P-Realização do Arraiá da Capital	251.000,00	32.026,72	-	-	-
28	3500 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA À SERVIÇOS PÚBLICOS	1669 - PPA-P-Execução de iluminação temática	898.000,00	845.146,14	-	-	-
29	3500 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA À SERVIÇOS PÚBLICOS	1672 - PPA-P-Construção de equipamentos públicos	9.231.439,00	13.648.306,36	6.843.234,37	1.635.443,88	1.298.592,02
30	3500 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA À SERVIÇOS PÚBLICOS	1676 - PPA-P-Requalificação urbana - Palmas para o Futuro	88.160.000,00	82.323.430,48	71.489.499,85	4.714.419,69	3.823.050,85
31	3500 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA À SERVIÇOS PÚBLICOS	2711 - PPA-P-Ampliação da rede de iluminação pública	3.131.136,00	847.485,98	658.505,70	212.019,49	184.996,35
32	3500 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA À SERVIÇOS PÚBLICOS	2720 - PPA-P-Manutenção de equipamentos públicos	1.011.879,00	7.484.613,63	3.382.918,60	1.849.314,93	1.045.912,77
33	3500 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA À SERVIÇOS PÚBLICOS	2728 - PPA-P-Manutenção da rede de iluminação pública	16.700.000,00	17.244.189,81	17.219.910,14	5.762.922,00	5.716.595,52
34	3500 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA À SERVIÇOS PÚBLICOS	2734 - PPA-P-Execução de infraestrutura urbana	64.922.927,00	65.495.574,50	13.222.189,22	5.579.687,55	5.242.774,02
35	1200 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA MOBILIDADE URBANA	2715 - PPA-P-Manutenção de calçadas à cicloviárias	1.035.000,00	1.035.000,00	-	-	-
36	3500 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA À SERVIÇOS PÚBLICOS	2719 - PPA-P-Execução dos serviços de manutenção nas vias urbanas	7.401.440,00	16.385.807,32	16.378.930,31	2.569.827,33	2.403.677,05
37	3500 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA À SERVIÇOS PÚBLICOS	2729 - PPA-P-Execução paisagística em espaços públicos	7.365.837,00	12.258.930,59	12.177.827,00	3.204.251,15	2.853.745,90
38	9200 - SECRETARIA MUNICIPAL DA HABITAÇÃO	1668 - PPA-P-Construção de unidades habitacionais	949.500,00	912.041,95	650.390,47	108.448,81	103.520,10
39	3500 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA À SERVIÇOS PÚBLICOS	2709 - PPA-P-Gestão de serviços de limpeza urbana	43.739.012,00	37.803.147,28	32.218.358,09	9.153.304,41	9.153.304,41

Fonte: Sistema Integrado de Gestão e Tribunal de Contas do Estado do Tocantins

ANEXO V – Ofício resposta da prefeitura sobre pedido de informações



PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Execução das Ações Orçamentárias derivadas do Orçamento Participativo - Exercício 2021 (janeiro a abril)

Seq.	Código e Nome da Unidade	Código e Nome da Ação Orçamentária	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Total Empenhado	Total Liquidado	Total Pago
40	3500 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	2735 - PPA-P-Gestão do aterro sanitário	1.060.000,00	2.722.772,25	2.401.264,15	1.471.538,55	1.125.804,88
41	3300 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL	2713 - PPA-P-Manutenção de hortas comunitárias	160.000,00	160.000,00	-	-	-
42	3300 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL	2725 - PPA-P-Apoio aos produtores rurais	1.285.300,00	951.000,00	495.978,40	180.024,92	104.602,74
43	3300 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL	2733 - PPA-P-Construção de poços	650.000,00	319.299,58	-	-	-
44	3300 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL	2736 - PPA-P-Fomento na produção de pescado	115.000,00	115.000,00	-	-	-
45	3300 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL	2740 - PPA-P-Manutenção de estradas vicinais	8.587.736,00	8.707.736,00	8.485.809,87	3.902.256,44	2.489.119,64
46	3300 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL	2745 - PPA-P-Subsídio para correção do solo	40.000,00	40.000,00	7.499,00	-	-
47	1400 - AGÊNCIA MUNICIPAL DE TURISMO	2730 - PPA-P-Realização de eventos geradores de fluxo turístico	192.600,00	182.600,00	13.350,00	-	-
48	1200 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E MOBILIDADE URBANA	1671 - PPA-P-Ampliação da estruturação de transporte público coletivo	300.000,00	300.000,00	-	-	-

Nota:

A ação 1670 - PPA-P-Implantação do referencial pedagógico da educação fundamental é apresentada apenas nos exercícios de 2018 e 2019.

Fonte: Sistema Integrado de Gestão e Tribunal de Contas do Estado do Tocantins